



A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública conjunta da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Comissão de Direitos Humanos e Minorias destinada a debater sobre a capacidade do Estado de enfrentar o crime organizado que atua na exploração mineral de ouro na Terra Indígena Ianomâmi e as consequências sobre seu povo no Estado de Roraima.

O requerimento para realização deste evento é de autoria da Deputada Joenia Wapichana, pela CMADS; do Deputado Marcelo Freixo, pela CSPCCO; e dos Deputados Camilo Capiberibe e Túlio Gadêlha, pela CDHM.

Comunico a todos que este evento está sendo transmitido ao vivo, pela Internet, e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora. Por isso, solicito aos palestrantes a gentileza de se utilizarem do microfone para as suas intervenções.

Convido a compor a Mesa a representante da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, a Dra. Ana Claudia Santiago de Vasconcellos; o Sr. Gabriel Mota Maldonado, Diretor de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia; a Sra. Adriana Erthal Abdenur, Coordenadora Internacional de Paz e Segurança do Instituto Igarapé; o Sr. Luiz Carlos Ramos Porto, Delegado de Polícia Federal, representando o Ministério da Justiça; o Sr. Frederico Correia de Oliveira, Coordenador-Geral do Monitoramento Territorial e Diretor Substituto da Diretoria de Proteção Territorial da Fundação Nacional do Índio, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Prestados estes esclarecimentos iniciais e composta a Mesa, agradeço desde já a presença de todos.

Concederei a palavra a cada convidado por até 10 minutos, haja vista que, após as palestras, iniciaremos os debates.

Desde já agradeço e peço a cada convidado que observe o tempo proposto para a sua exposição. Há um cronômetro à esquerda deste plenário para orientá-los nesse sentido.

Informo aos palestrantes, Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública, por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados. Os servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que



acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas pelos nossos convidados ou pelos Parlamentares no final dos debates.

Para se ter acesso à Internet, *wi-fi*, basta que o interessado se conecte à rede "CD visitante"; entre na tela de acesso; faça o cadastro com os nomes, primeiramente, e receba a senha por uma mensagem.

O público presente no plenário poderá enviar por escrito perguntas à Mesa, que serão lidas a critério desta Presidente.

Peço, ainda, aos palestrantes que assinem a autorização para que a Câmara dos Deputados publique as exposições e utilize as imagens para transmissão, pela Internet, em programa desta Casa.

Senhoras e senhores, quero registrar que recebi um documento. Trata-se de um posicionamento do Fórum de Lideranças Indígenas Ianomâmi e Iekwana contra o Garimpo.

Esta audiência pública vai justamente falar sobre a capacidade do Estado, como eu falei, de enfrentar o crime organizado que atua na exploração mineral de ouro dentro da Terra Indígena Ianomâmi e as consequências sobre os povos ianomâmis no estado de Roraima.

Eu gostaria, para iniciar, de fazer as minhas considerações de também de exibir um vídeo que motivou o requerimento desta audiência.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Esse vídeo é parte de uma reportagem feita pelo *Fantástico*, da Rede Globo, sobre o posicionamento da liderança indígena ianomâmi no Brasil, Sr. Davi Kopenawa, a respeito da mineração na terra indígena ianomâmi.

"Após a demarcação da Terra Indígena Ianomâmi, em 1992, a Polícia Federal realizou uma série de operações para debelar a massiva invasão de garimpeiros que colocava em risco a soberania do povo ianomâmi, que perdeu, no período, cerca de 20% de sua população.

Na ausência de um plano de proteção e de fiscalização para a maior terra indígena do Brasil — que abriga a maior população de comunidades indígenas com menos contato com a sociedade nacional e algumas comunidades indígenas isoladas que se recusam a manter contato permanente, mesmo com



outras comunidades indígenas —, os criminosos passaram a operar em rede de organizações criminosas e continuaram a operar ao ritmo da cotação do ouro.

A atividade de exploração mineral causa enorme impacto social e ambiental, razão pela qual as organizações indígenas denunciaram sistematicamente os crimes cometidos e provocaram a Polícia Federal a investigar os financiadores da atividade criminosa.

Em 2012, a Polícia Federal realizou a Operação Xawara, que prendeu donos de aviões, pequenos empresários do garimpo e pilotos.

Em 2015, a Operação Warari Koxi desvendou envolvimento de sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários, DTVM, e joalherias. A seguir, houve denúncia do envolvimento de piloto do Estado de Roraima e de empresas, mas o resultado da Operação Tori ainda não veio a público.

Tampouco, apesar do crime que lesa o povo indígena, o meio ambiente e a União em bilhões, não há qualquer informação pública de condenados ou de ações compensatórias para os lesados. Pelo contrário, o único condenado pelo crime de genocídio, praticado em 1993, foi novamente preso na Operação Xawara e, mais uma vez, na Operação Warari-Coxi, por continuar praticando exploração mineral dentro da terra ianomâmi, sem ser definitivamente alcançado pela Justiça.

As investigações realizadas pela Polícia Federal em Roraima alertaram para o perigo de novo episódio de genocídio do povo ianomâmi e caracterizam os crimes como de organização criminosa.

Ao longo desses anos, os ianomâmis e ie'kwanas são envenenados por mercúrio, têm suas mulheres e crianças afetadas e os jovens aliciados para as atividades criminosas dentro da própria terra que está sendo destruída.

No último ano aumentou vertiginosamente a invasão à terra indígena ianomâmi. Veio a público a evidente falta de controle e fiscalização do poder público sobre a cadeia econômica de produção do ouro no País, responsável por prejuízos financeiros, sociais e ambientais de proporção devastadora.

Da mesma forma fica evidente a atuação do crime organizado por toda a Região Amazônica, conforme relata o Instituto Igarapé.



A investigação inédita para denunciar o funcionamento de uma das maiores empresas compradoras de ouro no maior polo de mineração ilegal no Brasil, a Bacia do Tapajós, no sudoeste do Pará, resultou no retrato do completo descontrole do País sobre essa cadeia econômica.

Coletada durante 3 anos pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, uma série de provas mostra como é frágil a regulamentação e a execução do papel fiscalizador do Estado. Foram reunidas, em duas ações propostas pelo MPF, a Justiça Federal, em Santarém, em maio e julho deste ano.

Diante das gravidades dos fatos fartamente investigados e amplamente divulgados, faz-se necessário que esta Casa escute o Ministério da Justiça para entender quais medidas têm sido tomadas para proteger o território e a vida dos povos ianomâmis e le'kwanas.

Com o resultado das investigações realizadas pela Polícia Federal, quais ações judiciais existem e quais os resultados obtidos para reprimir as atividades criminosas e para responsabilizar criminalmente, e civilmente, os seus responsáveis?

É urgente entender quais são os impactos da vida da comunidade com a contaminação do mercúrio. Quais ações estão sendo tomadas para melhorar a cadeia de produção de ouro, tornando-a mais transparente, eficiente e legal para fora das terras indígenas?

Essas questões são importantes para esta Casa, crucial para o desenvolvimento sustentável do País e para o respeito ao direito dos povos indígenas.

Informamos, senhoras e senhores, que os ianomâmis e ie'kwanas não estão presentes nessa agenda, primeiramente porque o principal líder, pagé, Presidente da Associação Ianomâmi, Davi Kopenawa, ganhou o prêmio Right Livelihood, conhecido como Nobel Alternativo, pela corajosa determinação em proteger as florestas e a biodiversidade da Amazônia, e as terras e a cultura do povo indígena. Por esse motivo estão em outra agenda e em defesa de seu território.

Mas contamos com a presença de outros povos indígenas, em especial da terra indígena munduruku, do Pará, que vivem o mesmo drama com a presença ilegal



do garimpo de suas terras, que já teve impacto gravíssimo na saúde dos mundurucus, a ponto de dizimar uma aldeia, conforme informado pelo Movimento Munduruku Ipereg Ayu e comunicado às autoridades ambientais, ao Ministério Público Federal e à Fundação Nacional do Índio, em 17 de janeiro de 2018.

Portanto, para esta audiência convidamos representantes do Ministério da Justiça, da FIOCRUZ, o Procurador da República do Estado do Pará e Coordenador Técnico da Força-tarefa da Amazônia, Dr. Paulo de Tarso Moreira, que não pôde comparecer por motivo de conflito de agenda; o representante do Ministério de Minas e Energia; e o representante do Instituto Igarapé."

Feitas as considerações iniciais, eu vou conceder a palavra à Dra. Ana Cláudia Santiago de Vasconcellos, representante da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, pelo tempo de 10 minutos.

A SRA. ANA CLAUDIA SANTIAGO DE VASCONCELLOS - Boa tarde a todos e a todas.

O meu nome é Ana Cláudia Vasconcellos, sou pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz.

Em primeiro lugar, eu queria pedir desculpas em nome do Dr. Paulo César Basta, que foi convidado para participar desta audiência pública, mas, infelizmente, não pôde comparecer, porque está envolvido com um trabalho de campo com os guarani-kaiowá. Eu vou substituí-lo hoje.

(Segue-se exibição de imagens.)

A minha fala trata do impacto da contaminação por mercúrio na saúde do povo ianomâmi.

O mercúrio é um elemento químico, é um metal. Ele faz parte da composição do Planeta Terra, e o homem tem utilizado o mercúrio em uma série de atividades ao longo de séculos, incluindo o garimpo de ouro. É justamente pelo uso intensivo do mercúrio que esse elemento químico se tornou um grande poluente ambiental, um dos mais perigosos para a saúde humana.

Podemos encontrar o mercúrio na natureza em diferentes formas químicas, sendo que as principais são: mercúrio metálico, que é aquele líquido prateado dentro do termômetro; mercúrio iônico, que, geralmente, na natureza está disponível no estado



sólido; e as formas orgânicas do mercúrio, que é quando o mercúrio está associado a átomos de carbono. Aqui eu destaco o metilmercúrio, mas existem outras formas disponíveis na natureza.

Por que o mercúrio é usado no garimpo? A forma mercurial que é utilizada em garimpos de ouro é o mercúrio metálico, aquele líquido prateado. Ele é usado em garimpo por dois motivos principais: primeiro, porque ele forma com facilidade ligas com outros metais, como o ouro, e isso facilita o processo de extração. Além disso, o mercúrio metálico evapora com muita facilidade. Então, depois que ele forma uma amálgama com o ouro, o garimpeiro aquece, ele volatiliza, ficando apenas o ouro, o que facilita o processo de extração.

Existem registros de que na Amazônia a atividade garimpeira começou na década de 50. Ela teve seu auge na década de 80 e persiste até os dias de hoje. O que mudou ao longo das décadas foi a tecnologia empregada na extração do minério e que hoje é muito mais danosa e, conseqüentemente, causa graves efeitos à saúde humana, principalmente dos povos indígenas.

Existe a estimativa de que para cada 1 quilo de ouro extraído da Amazônia utiliza-se, em média, 1,3 quilos de mercúrio metálico. Esse mercúrio geralmente não é recuperado no processo de extração de ouro, ele se perde no meio ambiente: uma parte contamina os rios e outra parte contamina a atmosfera.

O mercúrio metálico, ao entrar no ambiente aquático, nos rios, sofre transformações químicas e tende a se depositar no sedimento do rio, onde vivem bactérias que são capazes de metilar o mercúrio, ou seja, transformar o mercúrio no estado de iônico em metilmercúrio, que é a forma mais tóxica do mercúrio disponível na natureza.

O metilmercúrio é muito tóxico por dois motivos principais: primeiro, porque ele se acumula nos peixes e em toda a biota aquática, e esses peixes são usados na alimentação dos povos, principalmente dos povos indígenas; segundo, porque o metilmercúrio age em todo o organismo humano, mas tem como principal alvo de atuação o sistema nervoso central. Então, ele provoca danos irreversíveis, principalmente em crianças e no feto de mulheres grávidas, que estão em desenvolvimento ainda.

Existem várias publicações científicas que falam sobre o problema da contaminação do ecossistema amazônico como um todo pelo mercúrio usado no garimpo, desde a década de 80. A Amazônia é toda impactada pelo garimpo de ouro, pela contaminação



por mercúrio, incluindo terras indígenas. Esse mapa mostra, em amarelo, terras indígenas e essa parte contornada em vermelho são terras indígenas onde há atividade garimpeira, apesar da ilegalidade dessa atividade.

Esse outro mapa já mostra especificamente a terra indígena ianomâmi. Todos esses círculos amarelos, vermelhos e azuis são pontos de garimpo ativo, funcionando ilegalmente na terra indígena ianomâmi.

Como é que o mercúrio usado no garimpo entra no corpo das pessoas? Como ele contamina os povos da Amazônia? São duas formas principais: primeiro, inalando o mercúrio metálico que é produzido durante a queima da amálgama; segundo, consumindo peixes contaminados por metilmercúrio.

Existem várias publicações científicas que mostram que os povos da Amazônia estão contaminados por mercúrio. A publicação que consta na parte superior da tela é um trabalho de revisão que traz dados de vários ribeirinhos, de várias Bacias Amazônicas, do Tapajós, do Rio Madeira.

Todos esses trabalhos mostram que a população tem níveis de mercúrio, colhidas amostras de cabelo, maiores do que os níveis considerados aceitáveis. Usamos o termo aceitável porque não existe limite seguro para a exposição humana ao mercúrio.

Os trabalhos que estão na parte inferior da tela mostram a contaminação de povos indígenas por mercúrio, incluindo os povos mundurucus e kayabis também apresentando níveis de mercúrio em cabelo acima dos níveis considerados aceitáveis.

Especificamente da contaminação do povo ianomâmi há trabalho do início da década de 90, do Castro, em que ele também investiga a contaminação por mercúrio nos ianomâmis que vivem em Roraima. Ele usa como biomarcador de exposição ao mercúrio o cabelo.

Eu queria destacar, como resultado desse estudo, que 40% dos ianomâmis participantes desse trabalho apresentaram níveis de mercúrio acima de 6 miligramas por quilo. Essa concentração é preconizada pela OMS como limite para o aparecimento de efeitos na saúde, ou seja, é possível que esses indígenas que têm nível de mercúrio no cabelo acima de 6 miligramas já estejam doentes, ou apresentando algum efeito na saúde, associado à exposição ao mercúrio.

Há outro trabalho importante da Kimberly Sing, de 2003. Ela usa sangue como biomarcador de exposição ao mercúrio com os ianomâmis de Roraima. Eu queria



destacar que os ianomâmis que viviam às margens do Rio Arajani, onde não tem garimpo — pelo menos não havia na época da pesquisa —, apresentaram duas vezes mais mercúrio em amostras de sangue, o dobro do que é considerado aceitável, segundo a OMS.

No caso do mercúrio em sangue, a concentração aceitável é de 10 microgramas de mercúrio por litro de sangue. E, mesmo no local sem garimpo, essa concentração média o dobro do aceitável.

Já os indígenas que viviam às margens do Rio Catrimani, onde há garimpos ativos, essa concentração é quatro vezes maior do que o aceitável.

É provável que esse mercúrio que contamina os ianomâmis que vivem às margens do Rio Arajani seja proveniente do transporte atmosférico, pois, quando o mercúrio volatiliza, ele acaba sendo levado para qualquer área do planeta, inclusive regiões onde não há garimpo, contaminando as pessoas.

Falando agora especificamente de um estudo desenvolvido pela FIOCRUZ em 2018, e eu trouxe a publicação, a equipe do Dr. Paulo Cesar Basta desenvolveu um trabalho com os ianomâmis em Roraima, em duas regiões, Waikas e Paapiu, e também usou como biomarcador de exposição o cabelo. Eu queria destacar dois resultados dessa pesquisa. Primeiro, os ianomâmis que vivem na região Waikas Aracaça, às margens do rio Uraricoera, onde há grande número de garimpos em atividade, mostraram medianas de mercúrio em cabelo extremamente altas, acima do limite de 6 miligramas por quilo, que é o preconizado pela OMS, e 92% dos participantes apresentaram níveis acima de 6 miligramas por quilo, ou seja, provavelmente estão em risco de exposição, com efeitos na saúde que podem ser atribuídos à exposição ao mercúrio. Os indígenas que viviam na região de Paapiu, onde havia garimpo ativo na década de 80 e hoje não há mais, apresentaram níveis mais baixos de contaminação por mercúrio e uma prevalência também mais baixa, de 6,7% acima de 6 miligramas por quilo, revelando que a inativação de garimpos pode ser um caminho para diminuir a exposição humana a esse metal tão perigoso.

Essa pesquisa foi desenvolvida pela FIOCRUZ em atendimento a uma demanda da própria comunidade. Aqui está a carta do líder ianomâmi Davi Kopenawa pedindo à FIOCRUZ que fosse até lá e desenvolvesse um trabalho de pesquisa. Em desdobramento desse trabalho inicial, houve uma outra demanda dos ianomâmis que vivem na região de



Maturaca também pedindo que a FIOCRUZ fosse até lá desenvolver uma investigação sobre a contaminação por mercúrio. Eu estive nesse trabalho de campo e os resultados dessa pesquisa foram amplamente divulgados pela mídia. Eu trouxe uma matéria do Jornal *O Globo* mostrando uma parte dos resultados e dizendo que 56% dos ianomânis têm níveis de mercúrio acima do limite considerado aceitável, isso na região de Maturaca, no Estado do Amazonas.

E quais são os efeitos do mercúrio no organismo humano? As mais variadas formas mercuriais podem atingir diversos órgãos do corpo humano, destacando-se o sistema nervoso central, o coração, o pulmão, os rins. Os efeitos neurológicos são os mais preocupantes. A exposição crônica, tanto a vapores de mercúrio metálico, como através da exposição metilmercúrio, através do consumo de peixes contaminados, pode provocar lesões muitas vezes irreversíveis no cérebro, trazendo alterações de visão, de audição, de fala, perda da coordenação motora. No caso da exposição pré-natal, ou seja, quando a criança se expõe ainda dentro da barriga da mãe, isso é mais grave, porque o cérebro está em desenvolvimento e esse tipo de exposição pode provocar retardo mental, paralisia cerebral e perda de visão.

Essas fotos são de crianças de Minamata, no Japão, que sofreram exposição ao metilmercúrio no pré-natal e nasceram com grave quadro de paralisia cerebral. Essas são fotos de crianças indígenas munduruku que nasceram com paralisia cerebral. Existe uma suspeita de que essa paralisia pode ser provocada pela exposição ao metilmercúrio. Existem vários trabalhos que falam sobre os danos neurológicos provocados pelo mercúrio, incluindo perda de inteligência em crianças. É algo extremamente relevante, considerando que a perda de inteligência pode provocar uma perda da produtividade da criança e comprometer o desenvolvimento daquele ser para o resto da vida.

Essas outras são fotos do trabalho de campo que desenvolvemos recentemente, também com a etnia munduruku, no Pará, em outubro e novembro deste ano. Fizeram parte da equipe do projeto neurologistas e pediatras e numa avaliação clínica detalhada já foram observadas algumas neuropatias e perda de desenvolvimento cognitivo em crianças, que pode, sim, estar associada à exposição ao mercúrio. Essa pesquisa também foi uma demanda da comunidade, como mostra a carta.

Existem danos renais, que geralmente estão associados à exposição a vapores de mercúrio metálico. Há danos imunológicos importantes, e aqui destaco uma diminuição



imunológica da resposta à vacina em crianças expostas ao mercúrio. E há danos cardiovasculares, que já foram descritos em vários trabalhos.

Eu queria destacar por que esse cenário de exposição é ainda mais grave quando a gente fala da comunidade ianomâmi. O povo ianomâmi vive numa condição de quase ausência total do Estado, o que configura uma situação de vulnerabilidade social muito grande, caracterizada pelo acesso reduzido a serviços de saúde e total ausência de saneamento básico. As aldeias não têm água potável, não têm plano de manejo de resíduos sólidos, não têm esgotamento sanitário, o que os coloca em uma condição de risco muito grande. Existem estudos que mostram altos níveis de desnutrição infantil, alta prevalência de doenças respiratórias, como pneumonia, tuberculose, e outras doenças, como malária, tungíase.

Todo esse cenário, com a adição de mais um fator de risco, que é a exposição ao mercúrio em todas as suas formas químicas, pode sim promover ou facilitar o desaparecimento do povo ianomâmi em algum tempo. Como representante da FIOCRUZ, preciso dizer que é missão da instituição realizar projetos de pesquisa voltados ao monitoramento e vigilância de populações expostas a contaminantes químicos. E faço um apelo para que mais recursos sejam investidos nessa área, para que possamos desenvolver mais projetos de pesquisa voltados a investigar a exposição dos povos indígenas a contaminantes ambientais.

O mercúrio, além de ser perigoso para adultos, é muito perigoso para as crianças e pode comprometer a saúde das futuras gerações, considerando que a exposição pré-natal ao metilmercúrio pode provocar perda cognitiva, retardo mental e paralisia cerebral.

Agradeço a atenção de todos e de todas e estou disponível para esclarecer qualquer dúvida. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Agradeço a apresentação à Dra. Ana Claudia.

Quero registrar que esteve presente brevemente o Deputado Rodrigo Agostinho.

E quero passar a palavra, por 10 minutos, ao próximo palestrante, Sr. Gabriel Mota Maldonado, Diretor de Desenvolvimento Sustentável na mineração, no Ministério Minas e Energia.

O SR. GABRIEL MOTA MALDONADO - Muito boa tarde, senhoras e senhores. Antes de mais nada, agradeço o convite. E quero dizer, tomando a palavra do Ministério



de Minas e Energia, que é sempre bom falar para os Parlamentares, é sempre bom falar para a população o que nós estamos pensando, enfim, é uma oportunidade de trocar ideias e de explorar alguns limites que nós enxergamos, ver como esse assunto, muitas vezes doloroso para parte da população, está sendo tratado, em vários ângulos, e trocar ideia com diversos órgãos.

Para começar, eu queria passar um pouco a impressão do Governo Federal e o significado que o garimpo tem enquanto uma atividade — desde o ordenamento jurídico, a base jurídica elementar, que é a nossa Constituição Federal, que serve de farol para as políticas públicas nessa área — que a gente costuma chamar de mineração artesanal em pequena escala.

Do individual ao coletivo. Nós estamos tratando aqui de uma transformação muito importante que foi trazida pela Constituição de 1988, porque o ordenamento anterior, o primeiro instrumento jurídico que mencionou o garimpo e garimpeiro definiu o garimpo, a atividade garimpeira, como uma empresa individual, sempre por conta própria e com a aplicação de técnicas rudimentares.

A Dra. Ana falou mais cedo que essa não é mais a realidade. Desde a década de 80, pelo menos, nós acompanhamos o incremento do maquinário e a crescente sofisticação das técnicas de extração pelo garimpeiro. Além dessa transformação, existem outras de ordem social. Nós estamos tratando de uma atividade que foi vista pelo legislador do Código de Mineração quase como uma atividade clandestina e que precisava constar na legislação. Era uma atividade desorganizada, até certo ponto itinerante, errante, mas que estava lá. É diferente de contar com o garimpo, com a atividade garimpeira, com o pequeno minerador como parte do setor; ele não era parte do setor, ele era um sujeito que estava lá e precisava constar na legislação. Trazer o garimpeiro para contribuir em termos produtivos para o setor significava também ampliar sua capacidade de produção, fazer com que ele conseguisse dar vazão a determinadas conjunturas produtivas e sociais que não poderiam ser feitas por um sujeito individualmente.

A Constituição Federal de 1988, principalmente no seu art. 174, consagra isso, que o Estado deve priorizar e incentivar o cooperativismo e o associativismo. Há algumas implicações, mas, talvez, a principal delas, a mais premente vem do próprio art. 225 da Constituição Federal: o meio ambiente. Como um sujeito individualmente vai adimplir com



as obrigações ambientais, as obrigações de recuperação? O próprio art. 225 diz que aquele que explora recursos naturais é obrigado a recuperar essa área.

Então, trocando em miúdos essa parte introdutória, o bom negócio minerário, pequeno ou grande, é o bom negócio sustentável, do ponto de vista social, econômico e produtivo. Ele precisa fazer bem, ele precisa ser compatível com os desígnios da sociedade, ele precisa ser um veículo de prosperidade não só econômica, mas também de prosperidade humana, e de diversificação da matriz econômica, enfim, de uma série de benefícios que podem advir de uma atividade extrativa.

Para termos uma dimensão do que estamos falando, o pequeno e médio minerador, este gráfico mostra muito bem, respondem a 98,5% de todas as empresas de mineração. Nós estamos falando de mineradores que extraem a ordem de 18 milhões a 20 milhões de reais por ano, que estão muito ligados aos materiais necessários para a construção civil, como areia e argila, e, no final das contas, outro grande foco do nosso assunto aqui: o ouro. O ouro tem um conteúdo histórico e cultural de formação, inclusive, da nossa territorialidade. A formação de grande parte do nosso território se deu por conta da busca pelo ouro e se modifica no decorrer da história do Brasil, mas parece ser sempre uma constante.

Além daquelas prerrogativas, daquelas características que eu trouxe no começo, enxergamos também alguns benefícios que precisam ser mencionados, o benefício que o tamanho do empreendimento naturalmente gera. Primeiro, eles são mais intensivos em mão de obra, a geração de empregos diretos e indiretos. Nós estamos falando de uma atividade como um todo que ocupa 0,5% do território nacional. Essa atividade gera, direta e indiretamente, 2 milhões de empregos. Trata-se de uma atividade com bastante potencial de geração de renda, com geração de riqueza.

Conforme vai se estabelecendo como atividade formal, ela tende também a melhorar obviamente a arrecadação, mas também a atrair investimentos, segundo a nossa experiência. Isso é claro nos rincões mais afastados do País em que a atividade pequena, o pequeno minerador, a pequena escala foi organizada e formalizada e hoje em dia trabalha com boas práticas. É fato que isso atrai a grande mineração, que muitas vezes é a menina dos olhos dos gestores e da própria sociedade que vê vantagens nesse tipo de atividade.



Há melhoria na própria condição de arrecadação e também na criação de uma forma de explorar os minerais — essa é a história —, porque nós estamos falando de uma escala, de um tamanho de jazida, de um tamanho de depósito que muitas vezes não é de interesse da grande mineração. Com isso, há mais um potencial, mais um benefício. A pequena mineração prolonga a vida útil da mina, consegue fazer com que aquela mina dê mais frutos e, enfim, que se colham mais riquezas, que se colham melhores resultados daquele empreendimento.

Ela também está muito mais próxima da comunidade. A análise de conteúdo local mostra isso. Não é muito raro vermos garimpos, muitos deles ilegais mesmo, formarem pequenas vilas. Aquelas vilas sobrevivem 50, 60, 70 anos. Pessoas nascem, crescem e morrem sem sair das vilas. Elas criam um corpo e uma fisionomia social diferenciada. De uma forma ou de outra, o pequeno minerador está mais aproximado da população local e tende com isso também a interagir com a comunidade de uma forma especial, diferenciada, se compararmos isso com o grande.

Temos obviamente problemas. Estamos mostrando aqui vários exemplos de garimpos predatórios fora do País — isso não é uma característica brasileira. Aqui também trouxemos alguns exemplos de más ou péssimas práticas na Região Amazônica.

E aqui mostramos algo interessante, áreas de mineração recuperadas, quase um mito fora do setor, porque de fato a mineração interage com o ecossistema de uma forma diferente, com interferência. Os planos de recuperação hoje fazem parte do próprio início do empreendimento. Quando vai abrir o empreendimento, você tem que dizer como vai ser o fechamento, qual será a destinação daquilo, como você vai fazer a partir do momento em que a vida útil daquela mina se esgotar.

Vamos dar uma pincelada no que significa garimpo ilegal. Obviamente ele é ilegal e muito difícil de se rastrear. Nós estamos falando de uma atividade que se embrenha nas matas e cujo produto é evadido de uma forma muito rápida e às vezes escapa aos olhares da fiscalização ambiental. Estima-se que essa atividade produza entre 20 e 30 toneladas por ano e fature de 3 a 4 bilhões de reais, o que significa uma evasão, em termos tributários, da ordem de 100 milhões de reais por ano.

Além disso, há os efeitos ambientais: a contaminação, a turbidez, o assoreamento. Há também uma série de conflitos — vamos conversar sobre eles no decorrer deste encontro —, entre eles o garimpo ilegal nas terras indígenas. O art. 231, § 3º, da



Constituição Federal permite a lavra em terras indígenas, mas isso depende de uma regulamentação, que não existe — ainda não existe uma lei dizendo como isso deve ser feito, como isso deve ser consultado e tudo o mais.

Aqui estão os principais desafios, que nos dizem que precisamos melhorar. Isso é óbvio, isso é claro, o Governo nunca se furtou a dizer que é preciso levar uma série de transformações para a comunidade e para o garimpeiro, a fim de que ele funcione melhor não só para si mesmo, mas também para o seu entorno. Ele precisa aprender a controlar melhor — geologicamente, dizendo —, a entender melhor como está funcionando aquele veio, aquele depósito.

Precisamos de tecnologias adequadas, porque, afinal de contas, ele está retirando uma riqueza da terra, e ele precisa retirar isso com maior produtividade, com uma técnica melhor, que assegure o manejo adequado, do ponto de vista ambiental. Uma série de problemas precisam ser endereçados, e temos dito isso com certa frequência. Esse não é um problema minerário, esse é um problema social, esse é um problema trabalhista sanitário-ambiental, que precisa ser tratado de forma "multiagência"; é um problema previdenciário, um problema social.

Temos algumas ações que merecem destaque. O grupo de trabalho da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, formado lá dentro, está estudando, terminando de estudar a questão garimpeira dessa maneira, como estou dizendo, de forma transversal, multidisciplinar.

Já identificamos muito claramente alguns problemas, como o que a Deputada citou mais cedo no próprio requerimento, que é o problema da rastreabilidade do ouro. Nós temos uma falha muito grande, uma incapacidade, até o momento, de ferramentas mesmo, para rastrear como o ouro sai. Nós precisamos ver quais são as medidas que temos para poder rastrear isso. E nós precisamos criar isso de uma forma: conversar com a Receita Federal, com o Banco Central, com a Polícia Federal. Enfim, esse é um plano complexo que está sendo traçado, engendrado, dentro do Governo Federal.

Vou citar o último — prometo não me alongar mais —, o plano nacional, decorrente da Convenção de Minamata — a Dra. Ana citou agora há pouco —, uma convenção importante, que visa dar conta desse problema do mercúrio, que não advém só do garimpo, atravessa uma série de cenários. Nós nos comprometemos, junto ao



secretariado da convenção, a elaborar esse plano de ação, que é, como eu falei, multidisciplinar, até o ano de 2020.

De qualquer forma, isso é um pouco do que nós temos para passar.

Eu me coloco à disposição para o debate.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada.

Gostaria de registrar a presença da Juliana de Paula, da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB; da liderança indígena Alessandra Munduruku; do cacique Arnaldo Munduruku; do Sr. Paulo Maldos, do Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativa Sociais.

Eu preciso registrar minha presença em plenário. Convido o Deputado Camilo Capiberibe para assumir a presidência enquanto vou fazer o registro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) - Boa tarde.

Vamos liberar a Deputada Joenia para registrar sua presença no plenário. Lembro apenas que a sessão do Congresso foi cancelada. Não vai haver a sessão do Congresso. Só vai haver a sessão da Câmara, que vai começar daqui a pouco.

Cumprimento a todos da Mesa.

Passo a palavra, para falar durante 10 minutos, ao Sr. Luiz Carlos Ramos Porto, delegado da Polícia Federal que aqui representa o Ministério da Justiça.

O SR. LUIZ CARLOS RAMOS PORTO - Boa tarde a todos.

Exmo. Deputado Camilo Capiberibe, cumprimento a Mesa por seu intermédio.

Venho com muita deferência a todas as comunidades indígenas, às lideranças e às etnias que estão presentes. Acho ótimo, porque há muito tempo laboramos nesta temática e acabamos encontrando grandes amigos nesse caminho. Nós nos encontramos em momentos diferentes, e isso é bacana, porque acabamos matando a saudade.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu trabalho no Serviço de Repressão a Crimes contra Comunidades Indígenas, que está dentro da estrutura da Polícia Federal. Dentro da Coordenação-Geral, no organograma da Polícia Federal, há várias diretorias, e uma delas é a Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado. Nossa Coordenação-Geral de Defesa



Institucional já está intimamente ligada à parte de crime organizado. Isso caiu como uma luva dentro desse trabalho, porque é um trabalho muito específico que é feito.

Dentro do campo de defesa institucional, algumas áreas são de interesse de Estado, e muitas vezes até não há muita investigação em si. Mas, em alguns trabalhos, há extraterritorialidade. Há trabalho relacionado a tráfico de pessoas, por exemplo, há crimes internos em aeronaves e em navios. Então, todos esses crimes passam pela nossa Coordenação. Há também a parte que cuida de crimes eleitorais e o Serviço de Repressão ao Trabalho Forçado. Essa é a estrutura que temos hoje.

Eu chefi o Serviço de Repressão a Crimes contra Comunidades Indígenas — SEINC. Na minha carreira, já tenho 20 anos de atividade policial: durante 5 anos, trabalhei na Polícia Civil e, durante 15 anos, trabalhei na Polícia Federal. Nesta atividade eu estou completando 10 anos. Eu trabalhei em Imperatriz, no Maranhão, onde comecei a trabalhar com comunidades indígenas da região, e apaixonei-me pela causa.

Gostei do assunto, fui me interessando e fui trabalhando. Quando surgiu a vaga para vir para Brasília — eu sou daqui mesmo — eu vim. Parece que Deus me abençoou e me jogou aqui, para eu trabalhar neste local. Então, faz 10 anos que eu trabalho com isso aí. Tentamos fazer um trabalho um pouco diferenciado do que aquele que vemos na atividade policial. Eu dou aula na Academia Nacional de Polícia. Hoje, para prestarmos um atendimento melhor nas comunidades, com maior proximidade e com mais sensibilidade, a capacitação tem sido prioridade para nós. Há cinco academias em que eu dou aula. Fechei o último período de aula da academia agora, pois o pessoal tomou posse na semana passada, e dei aula no final do mês de outubro. Minha aula é eminentemente, 90%, diálogo. Falo pouco de legislação, porque a legislação está aí e basta as pessoas consultarem. Agora, sensibilidade para trabalhar com comunidade indígena é difícil ver, não é fácil, principalmente em alguém que esteja entrando na polícia. Os grandes amigos que eu tenho que já laboraram comigo na FUNAI e em outros órgãos públicos sabem que trabalhamos com bastante franqueza, com bastante tranquilidade, tête-à-tête. Quem nos conhece sabe que realmente temos um trabalho um pouco diferente da atividade policial.

Agora, nós trabalhamos também a favor e contra, às vezes, os interesses dos índios, a exemplo da operação que ocorreu hoje na região de Passo Fundo, com prisão



de indígena que estava contra indígena pela liderança da comunidade. Acabou ocorrendo a morte do cacique, e, por consequência, um mandado de prisão foi extraído.

Trabalhamos também em outras partes, especialmente ambiental. Hoje duas características acontecem demais no País. A primeira é a indefinição quanto a demarcação de terras. Ou define, ou não define. Como os Governos passados e atuais sempre vão preterindo o andamento desses processos, os tensionamentos nas regiões acabam acontecendo. Então, isso acaba recaindo na Polícia Federal, que é o último órgão que pode tomar alguma providência nesse tipo de problema. Eu digo que o problema ambiental no Norte é o carro-chefe, porque 90%, 95% dos problemas que nós temos no Norte tem relação com isso.

Garimpo em terra indígena ianomâmi, situação muito grave. Talvez ela esteja tendo grande destaque em razão da boa liderança de Davi Kopenawa e sua equipe, digamos assim, ou seus parentes, que vêm, que lutam, que correm atrás, que se reúnem com o Governo e cobram providências. Isso é muito bom. É muito bom porque às vezes vemos um radicalismo por parte da comunidade que não tem resultado prático porque não foram no caminho correto para tentar cobrar. E isso tem tido resultados bastante frutíferos, porque conseguimos fazer atuações conjuntas dentro das comunidades indígenas, com todos esses órgãos de segurança, junto com a FUNAI e, quando é possível, com a SESAI, o Exército, o IBAMA, os órgãos de fiscalização estaduais e, muitas vezes, as polícias estaduais. Fazemos as operações. Então, isso é muito bom. Isso é muito bom porque estamos inseridos nas comunidades, estamos aprendendo como é que eles trabalham e que é que eles querem e nós vamos dar um retorno do que eles precisam.

Por lógica, sabemos que o combate ao crime é muito difícil. É muito difícil em razão da grande capilaridade que o crime tem. Hoje existe uma estatística — não temos uma concretude do número — que aponta 10 mil, 20 mil pessoas na terra indígena ianomâmi. Fizemos uma operação agora e vimos que diminuiu um pouco. Vou mostrar para vocês.

E também passamos pela questão da atribuição, da competência federal. Só coloquei um adendo aqui a respeito da competência federal, porque muitas vezes as pessoas veem e não tomam cuidado com esse trabalho que nós fazemos. Então, nós combinamos os art. 144, da Polícia Federal, e o art. 109, da competência da Justiça Federal, ambos da Constituição, e a Súmula 140, de 2005, do STJ. Os direitos de competência federal são os direitos coletivos. Então, pode acontecer crime individual,



índio contra índio, que não seja caracterizado como crime de competência federal. Aí, às vezes, isso causa confusão. Às vezes, as polícias, principalmente as estaduais, não querem atuar com relação a isso. Gera problema.

Quem conhece a terra indígena ianomâmi sabe que ela tem uma fronteira gigante, longínqua, o que gera grande interesse na região. Também há garimpo do lado de lá, e naquela mata não há uma marcação física da divisa. Então, há interesse pelo ouro nos dois lados. O garimpo Catrimani, aonde fomos no mês passado, fica bem perto da fronteira. Então, os garimpeiros que estão aqui trabalhando às vezes quando veem a atuação da fiscalização correm para o outro lado da fronteira. Isso acontece demais.

Aquela foto eu colhi do material da FUNAI. São as bases que o Ministério Público conseguiu provimento judicial para poder construir. Fizemos operação para tentar viabilizar isso aí e estamos tentando fiscalizar a entrada pelos dois principais rios ali, o Uraricoera e o Mucajaí, nos principais focos de garimpagem dentro da terra indígena. Isso tem sido feito.

Durante este período em que houve Garantia da Lei e da Ordem, eu fiquei responsável pela Polícia Federal no trabalho da parte da Polícia Federal com relação à Garantia da Lei e da Ordem. Eu fiquei 45 dias na região de Altamira a Novo Progresso, desde Mundurucu até Trincheira Bacajá, em toda aquela região. Depois, passamos 15 dias fazendo esse trabalho aqui, que já vinha sendo feito desde junho. O Exército estava lá dentro, colocando o pessoal para fora através de barco. *"Vocês vão embora. Vão embora. Vão embora"*. Conseguiram tirar mais de 300 invasores de determinadas áreas, mas o número final ficou de mais de mil garimpeiros que estavam nessa área irregularmente.

Conseguimos fazer toda essa retirada de material, toda essa apreensão. O mais curioso disso tudo foram esses três helicópteros. Quando nós chegamos lá para fazer o trabalho, vimos que um helicóptero, que estava com o motor estragado, tinha sido colocado dentro da mata. Era um helicóptero novo, novo, novo. Então, vocês podem ver a metodologia e os recursos que são gerados em razão do ouro. Esse é um problema bem gravoso que está acontecendo. Caminhão, carreta. Começou aqui. Vejam o Davi lá conosco. O Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Dr. Pontel, a nossa equipe de coordenação e os parentes ianomâmis estiveram conosco. E fizemos o trabalho lá.

O Garimpo do Pé Quebrado e o Garimpo do Catrimani são bem grandes.



Essas são fotos que eu fiz. Eu faço questão de estar dentro das áreas e as conheço bem. Tiramos fotos lá do helicóptero dentro da mata.

Nessa atuação, vimos que não é de hoje que esse problema acontece com os ianomâmis. Como foi citado no documento que foi o motivador do convite para este evento, em 2012 houve a Operação Xawara, a primeira grande operação em que nós mudamos a forma de pensar e de trabalhar com relação à investigação.

Começamos a perceber a estabilização de crimes organizados — não de crime organizado como o do PCC — em um determinado circuito para poder regularizar o ouro e levá-lo para fora; esquentar nota fiscal; ourives; transformação em peças de arte ou em barras; aeronaves; pilotos; autorizações de voo; autorizações para pilotos de empresas autorizadas pelo Governo para poder negociar ouro. Foi fechada empresa em São Paulo; gente foi presa em São Paulo, em Goiânia. E se começou a fazer esse trabalho.

Começamos a bater no ciclo econômico da coisa, porque não adiantava nada irmos lá fazer a operação internamente, pois as pessoas retornavam. Um problema que existe no garimpo no Brasil é o estilo de vida das pessoas. Elas não têm emprego e não têm qualificação, daí acabam migrando para esse tipo de trabalho, porque são pessoas com baixa qualificação. Esse é outro dilema que existe nesse assunto, porque, muitas vezes, quando se aborda uma pessoa que estava lá dentro, a pessoa nem sabe se está fazendo errado ou certo: *"Eu vim para cá porque me trouxeram e aqui eu poderia ganhar uma grana."*

Então, o debate neste ambiente, que é específico para esse tipo de conversa, tem de ser mais amplo do que simplesmente dizer que iremos fechar garimpos, porque existem pessoas que vivem disso. E existe o interesse dos índios, porque, se há um garimpo, temos de saber se o índio quer regularizar aquele garimpo ou determinada atividade dentro da terra indígena, senão não tem validade. Se o índio não puder tirar proveito de alguma coisa que querem explorar dentro da terra indígena, qual é a utilidade que tem aquela exploração? Nenhuma.

Então, há de se fazer uma discussão um pouco mais aprofundada, mais séria, mais aberta e ampla, para sabermos o que as comunidades querem realmente.

Na Operação Xawara, vários mandados foram feitos. Como é bem rápido do tempo, temos de correr.



Em 2015, houve a Operação Warari Koxi. Durante toda a investigação, houve 313 provimentos judiciais, entre mandados de busca e mandados de prisão, e outros procedimentos de representação, de sigilo telefônico e quebra de sigilo bancário e fiscal.

Vejam que a atuação do pessoal da Superintendência Regional de Roraima tem sido bastante intensa e estamos de portas abertas para podermos trabalhar em conjunto. Estamos de portas abertas.

Com a operação realizada de Rondônia e Roraima, começamos a espalhar objetivo da operação.

Em setembro de 2018, foi criada a Operação Tori. Alguém comentou que não foram divulgados os resultados da Operação da Tori. Foram divulgados, sim, e estão na Internet. Foram 34 denunciados pelo Ministério Público.

Por lógica, eu, que sou policial, não acompanho a ação penal, então não sei se a pessoa foi condenada. Eu não fico acompanhando cada coisa que eu faço em termos de ação penal. Mas eu acompanho, normalmente, até à denúncia. Então, eu sei que 34 pessoas foram denunciadas na Operação Tori.

Há vários crimes, desde a exploração do ouro até a contaminação de rios, organização criminosa; então bastante responsabilização está havendo com relação a essas pessoas.

Nós temos um sistema penal e judiciário legal que é bem utilizado por advogados. Então, é difícil controlarmos se a pessoa está presa ou não. Não depende da polícia, que faz o trabalho de investigação e, se entender que ela vai responder solta, ela vai responder solta. Se voltar para atividade criminosa, ela vai para ser pega novamente na atividade criminosa. Então, é difícil termos um controle e afirmarmos que não as mantemos presas. Não é a polícia que as mantém presas. Quem faz a custódia é o Poder Judiciário. Então, se ele liberar, liberou. Não podemos entrar nessa esfera. Se houve esse entendimento, certamente foi argumentado e o Judiciário entendeu que seria dessa forma, mas as operações têm sido feitas.

Eu cheguei de viagem e me disseram deste convite ontem à tarde, mas, como temos o costume de trabalhar, já temos na cabeça o que temos de fazer, de falar e o que temos de oportunidade. É a primeira vez que eu venho fazer uma apresentação aqui dentro do Congresso Nacional. E, na minha mente, eu tinha de falar que não é um problema só na terra indígena ianomâmi. Nós temos problemas ambientais de duas



vertentes principais: uma é mineral, que vem do ouro e também do diamante, principalmente o diamante da terra indígena Roosevelt, naquele completo entre a Roosevelt e o Parque do Aripuanã. Já fizemos diversas operações naquela região e também estive lá.

A outra vertente é o desmatamento e o corte seletivo de madeiras. Temos de ter um diálogo bastante pesado com relação à participação também de indígenas nas empreitadas criminosas. O que acontece? O Estado acaba não prestando um bom serviço para as comunidades indígenas, e alguns componentes das comunidades acabam sendo aliciados. Por consequência, há a degradação da cultura, da tradição e o do estilo de vida que os índios têm dentro das comunidades. Para mim, isso é o mais gravoso de tudo. Ninguém quer que alguém entre na sua casa e fale: *"Você vai viver assim."*

Já fizeram isso lá em 1550, no início da colonização brasileira. E o Brasil acabou tendo essa grande disparidade social com relação aos componentes que são hipossuficientes. O que ocorre? As pessoas estão entrando dentro das comunidades e influenciando no estilo de vida delas. Então, temos de repensar bem se vale a pena a exploração econômica em troca disso, porque também é uma influência. Não é apenas dizer que se vai pagar uma compensação. Não é só isso. A comunidade deseja? Não deseja. A legislação internacional determina que as comunidades sejam ouvidas. Então, temos que ter o entendimento de que não acontece só... Essas são operações que fizemos. O Bruno estava conosco e encabeçou o Vale do Javari, fez um trabalho muito bom lá com relação aos índios isolados e conseguiu combater a garimpagem de balsa que estava acontecendo naquela região. Olhem como era a região lá, era terrível. Tivemos empenho, dedicação e trabalho, e esperamos ter um retorno.

A Polícia Federal sempre está de portas abertas. Foi uma oportunidade bastante bacana mostrar que temos um serviço diferenciado dentro da Polícia Federal, que quer trabalhar com as comunidades indígenas de uma forma diferente. As pessoas veem a Polícia como um ente violento, e não é assim que trabalhamos.

Agradecemos a oportunidade de estar aqui, Deputada Joenia e Deputado Capiberibe. Agradecemos muito mesmo a oportunidade de estar aqui. Estamos à disposição para qualquer discussão.

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) - Convido para reassumir a Presidência dos trabalhos a Deputada Federal Joenia Wapichana, que é Presidente da frente Parlamentar Mista em defesa dos povos indígenas.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Deputado Camilo Capiberibe.

Passo a palavra ao próximo palestrante, o Sr. Frederico Correia de Oliveira, que é Coordenador-Geral de Monitoramento Territorial substituto, da Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI, e representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública. S.Sa. tem 10 minutos para sua apresentação.

Aproveito para registrar a presença do Deputado Federal Airtton Faleiro, do PT do Pará.

O SR. FREDERICO CORREIA DE OLIVEIRA - Muito boa tarde a todos.

Cumprimento a Deputada Joenia e estendo meus cumprimentos aos componentes da Mesa e do Plenário. Cumprimento especialmente os representantes das etnias indígenas que aqui se encontram.

Como já foi falado, eu estou aqui representando a FUNAI e trago uma breve apresentação acerca das atividades desenvolvidas pelo órgão na terra indígena ianomâmi.

(Segue-se exibição de imagens.)

Inicialmente, eu gosto sempre de mostrar a dimensão daquela terra indígena. Podemos assegurar que é a maior terra indígena no mundo, com uma área de mais de 9,6 milhões de hectares. É uma área — para que se tenha uma ideia da sua dimensão — maior que Portugal, que tem pouco mais de 9,2 milhões de hectares.

Já foi falado aqui pelo Dr. Gabriel da dificuldade de se trabalhar naquela região, em função do acesso difícil, que se dá só por via fluvial ou por via aérea. É uma terra já regularizada, e dentro dela temos 13 registros de povos isolados. Há apenas uma confirmação, que é o povo moxihatetea, e os de recente contato, que são os ianomâmis.

Aqui estão algumas ilustrações de registros aéreos do povo moxihatetea, que são os isolados dessa região.

Este é um panorama, a partir de 2011, quando se iniciou a atuação das frentes de proteção etnoambiental na região. Conseguimos verificar que há uma queda significativa no desmatamento. Conseguimos enxergar uma queda vertiginosa a partir de 2013,



quando iniciamos a construção das nossas bases de proteção etnoambiental. Desde então até 2015, o nível de desmatamento é mantido num nível aceitável. Porém, a partir de 2016, as bases de proteção começaram a ser desativadas, pela contingência orçamentária naquela época. Vemos que o gráfico já muda radicalmente, e o desmatamento aumenta.

Este é um panorama de aplicação. Os dados mostram que cerca de 3 mil garimpeiros atuavam dentro da terra indígena até 2011, com 42 pistas clandestinas de apoio ao garimpo. Havia 300 balsas ou pontos de garimpo em operação. Então, com a atuação das frentes e com o funcionamento das bases, em 2013 conseguimos diminuir para 50% a circulação de garimpeiros na área. Diminuímos também quase 50% das pistas de pouso e apoio, e 84 balsas foram destruídas.

A foto vai ficar um pouco diminuta para quem está mais afastado.

A nossa previsão é ter três bases funcionando: a base de demarcação, a base Serra da Estrutura e a base Korekorema. O objetivo das operações é chegar até os garimpos que estão na calha do Rio Mucajá. Eles estão fortemente assentados na calha desses dois rios. Então, essas bases serviriam para dar apoio logístico e para que as operações tivessem um ponto de reunião, de descanso, para que se possa avançar via fluvial ou via aérea. O objetivo das bases de proteção é criar uma presença física permanente do Estado naquela região, a fim de dissuadir todo tipo de prática ilícita lá. Outro objetivo da base de proteção é fazer o atendimento dos indígenas, especialmente dos isolados e dos de recente contato. Isso está no campo do desenvolvimento socioeconômico. Outro objetivo é servir de ponto de apoio para as operações.

Aqui estão alguns exemplos de bases de proteção que já são bem sucedidas: Piranha e Jandiatuba, no Amazonas; Xinane e TI Zoé, no Pará.

Estes são alguns exemplos de operações entre agências. Nós sempre atuamos com a Polícia Federal e o IBAMA, além de órgãos estaduais. As polícias estaduais têm nos ajudado muito.

Nossas operações desenvolvidas de 2011 a 2019 envolvem fiscalização, monitoramento, expedições. Geralmente, essas expedições servem para comprovar a existência de povos isolados e para reabrir as bases. As atividades desenvolvidas somam 33 até o presente exercício.



Esta imagem dá uma ideia do garimpo Tatzão, que fica na calha do Rio Uraricuera. Para que se tenha uma ideia da dimensão desse garimpo, ele deixa como produto dentro da terra indígena 1.400 hectares de degradação. Hoje, estima-se que entre 7 mil e 10 mil garimpeiros estejam atuando dentro da terra indígena, principalmente nas calhas dos rios Uraricuera e Mucajaí. Alguns indígenas relatam que haveria muito mais, cerca de 20 mil.

A Dra. Ana Cláudia já adiantou que um dos impactos socioambientais é a contaminação por mercúrio, que atinge diretamente a saúde dos povos indígenas dentro dessa região.

O centro de monitoramento remoto e as expedições de campo registraram 14 pistas de pouso clandestinas dentro do Estado de Roraima. É uma área de cerca de mil campos de futebol, juntando o perímetro de todas elas.

O risco direto da atividade ilegal, notadamente do garimpo, é em relação ao povo moxihatetea, que é um dos povos isolados confirmados na região.

Essas bases foram reabertas forçosamente, por força da ação civil pública de novembro de 2018 — ou seja, há 1 ano —, que determinou que a União estabelecesse um plano de reabertura dessas bases. Em seguida, houve a ativação dessas bases com os mesmos propósitos iniciais, aqueles de 2011, por conta dos frutos positivos que foram colhidos com a atividade delas. Nos casos emergenciais, ficou determinado que o Estado de Roraima cederia a força policial para dar apoio às atividades de campo.

Esse plano de ação foi apresentado ao Poder Judiciário, projetado em três fases. A primeira fase prevê a reabertura da base Demarcação, prevista para o mês de dezembro — e já a estamos entregando, praticamente. A segunda fase vai até o mês de setembro de 2020, a BAPE de Korekorema. E, por fim, a Serra de Estrutura, cuja previsão é dezembro de 2020.

Nós já descentralizamos para o exercício e execução desses planos até agora 519 mil reais, de um orçamento previsto de 749 mil. Então, resta cerca de 200 mil para serem descentralizados, para que entreguemos a base Demarcação até o final deste ano.

A previsão do valor total dessas descentralizações é de um pouco mais de 2 milhões e 600 mil reais. Temos aqui uma planta base, para que todos tenham ideia da formatação dessas bases. Vemos aqui o estágio da base Demarcação, que entregaremos em dezembro. Essas fotos são do início de outubro. Fotos recentes não temos, mas a obra já está bem mais avançada do que estamos mostrando aqui.



Algumas operações.

Separamos essa operação Walopali/Curare, que é um exemplo eficiente de operação interagência, em que a FUNAI, com apoio do Exército Brasileiro, Polícia Federal, IBAMA, ICMBio, enfim, entre organismos federais e estaduais, atuando juntos. Já conseguimos até o ano de 2019 retirar 300 invasores da terra indígena. A apreensão de helicópteros, como já foi falado aqui pelo Dr. Gabriel. A inutilização de inúmeros motores de bombas, geradores, equipamentos que dão suporte à atividade garimpeira.

Vemos aqui uma foto, um mapa, para termos ideia da localização da BAPE Walopali. Essa base funciona, porém, hoje está limitada a dar suporte e atendimento às comunidades de contato recente.

Essas são as informações, bem breves, que quisemos passar para vocês. É lógico que, já como inicialmente falamos, a contingência de recursos é uma coisa notória. Sabemos que apenas a FUNAI, a Polícia Federal ou qualquer outro órgão que queira atuar na proteção dos povos indígenas, especialmente na Terra Indígena Yanomami, nada fará sozinho. Então, a ideia é que mantenhamos as atividades interagências, porque nós teremos todo um suporte logístico e aporte orçamentário para darmos cabo às necessidades que esses povos estão passando lá, principalmente no campo da proteção territorial e do desenvolvimento socioeconômico.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Vou chamar também para fazer suas considerações, por meio da sua apresentação, a Dra. Adriana Erthal, Coordenadora Internacional de Paz e Segurança do Instituto Igarapé.

A senhora tem o tempo de 10 minutos.

A SRA. ADRIANA ERTHAL ABDENUR - Boa tarde. Muito obrigada, Deputada. Muito obrigada, demais Deputados e demais presentes.

Eu vou falar rapidamente sobre o Igarapé. Não sei se todos vocês a conhecem, mas nós estamos uma organização independente, sediada no Rio de Janeiro, que lida com temáticas de segurança, desenvolvimento e clima, não apenas no Brasil, mas em toda a região. Na Amazônia nós temos agora um Programa de Clima e Segurança, que inclui um levantamento e uma análise comparada de crimes ambientais em toda a Bacia do Amazonas. Então, trabalhamos atualmente em todos os oito países da região assim, como a Guiana Francesa.



O nosso principal propósito com esse projeto é identificação das principais causas criminosas de desmatamento na Bacia Amazônica, além de também formular recomendações voltadas para políticas públicas, não apenas em nível nacional, mas também para atores regionais.

E, dentro desse projeto, no âmbito do Brasil, estamos estudando os casos de Roraima e do Pará. Gostaríamos de abrir esse leque, porque um dos nossos valores agregados é justamente um olhar comparado dentro do Brasil e por toda a região. E combinamos, então, análise de estatísticas; compilamos estatísticas, sobretudo relacionadas à violência e ao papel da violência nessas dinâmicas de crime organizado, mas também fazemos pesquisa de campo em áreas de risco, inclusive zonas de mineração ilegal.

Eu vou ter certo cuidado aqui. Eu não vou falar de garimpo. Às vezes vemos, sobretudo na mídia, uma tendência a se falar de forma geral sobre vários tipos de atividade de mineração, inclusive ilegal no Brasil, mas é importante termos em mente que há vários tipos e lógicas muito diferentes. O nosso enfoque é sobre a mineração ilegal organizada, ou seja, o crime organizado, os tipos de grupos que vão se constituindo. Sim, eles empregam garimpeiros, mas consideramos que essa é a área de maior preocupação, e não o garimpeiro individualmente, que atua de forma mais *ad hoc* ou que é contratado nessas operações.

Eu vou falar aqui sobre algumas das tendências que estamos observando na região como um todo, e todas essas tendências se aplicam ao que estamos vendo em Roraima, inclusive na Terra Indígena Yanomami. Em primeiro lugar, estamos observando um nível de estruturação cada vez mais alto, não apenas com financiamento. Ouvimos aqui o delegado e os demais colegas falarem na escala, inclusive dos equipamentos que estão sendo usados nessa mineração ilegal organizada, mas também em termos de capacidade logística, que requer uma divisão de trabalho bastante clara, relações hierárquicas dentro do grupo criminoso organizado e níveis de planejamento dessa atuação, o que não observávamos nas outras décadas. Então, vemos hoje em dia garimpos bem estruturados; eles não são bem organizados no sentido de serem limpos e bonitos, mas vemos um nível de abastecimento dos equipamentos, dos alimentos, dos combustíveis, que se aproveitam de infraestrutura bastante sofisticada.



Temos também um novo nível de sofisticação tecnológica por parte desses grupos criminosos. Por exemplo, com o uso de redes sociais para organização; vemos também o aproveitamento e hackeamento de dados de satélite, inclusive de outros países; vemos o uso da Dark Web; vemos como parte da lavagem de dinheiro o uso de *cyber* moedas. Ou seja, tudo o que nós temos à disposição do lado legal, os grupos criminosos atuando na mineração ilegal em Roraima também têm, e às vezes estão até mais adiante, por exemplo, com o uso de *drones*.

Em terceiro lugar, vemos uma articulação cada vez maior com outras modalidades de crime, não apenas o tráfico inclusive internacional de armas, mas também alguma articulação com o trabalho, em situações análogas à escravidão, prostituição forçada e outras formas de tráfico, inclusive tráfico humano — e esse é um ponto muito importante. A mineração ilegal, quando se constitui através do crime organizado, não é um crime sem vítimas. Ela é alimentada e alimenta outras formas de criminalidade na Amazônia.

Já foram apresentados aqui alguns dados de algumas dessas operações, que são uma das principais fontes de aprendizado sobre o funcionamento desse crime organizado. Na Operação Warari Koxi, em 2015, foi identificado um grupo desse atuando em Roraima, que tinha não apenas 600 garimpeiros, mas 30 empresas que tinham a permissão para lavrar minérios em outros Estados, porque o ouro ainda não é permitido em Roraima, apesar de o Estado inclusive exportar grandes quantidades de ouro, por exemplo, para mercados na Índia; 26 comerciantes de ouro apenas em Boa Vista, sem falar nos servidores públicos que foram identificados através dessa operação. Esse grupo movimentou apenas em 2013 e 2014 um bilhão de reais. Então, o custo dessas desses empreendimentos ilegais realmente é altíssimo.

E, finalmente, temos um alcance internacional cada vez maior. Queria ressaltar este ponto, porque nós estamos de fato falando de crime organizado transnacional, que tem várias vertentes, desde os insumos, por exemplo, o mercúrio, que é traficado pelas fronteiras, mas também dos produtos dessa mineração ilegal. Nós sabemos — eu mencionei — que parte desse ouro vai parar, por exemplo, em empresas localizadas na Avenida Paulista, e de lá é exportado para a Índia e para outros mercados.

Então, enquanto nós não tratarmos esse crime organizado como transnacional, nós não vamos resolver esses problemas. Essa cadeia inteira de produção e de consumo do ouro ilegal da Amazônia, inclusive de Roraima, tem um impacto muito concreto sobre a



segurança pública, inclusive nesse Estado. E realmente detectamos em Roraima, na Terra Indígena Yanomami, um pico de invasões, com cerca de 20 mil invasores garimpeiros dentro de uma região que abarca 35 mil indígenas. Então, é uma proporção enorme, com reflexo também nos padrões de violência.

Ainda estamos compilando os dados de violência deste ano, mas é importante lembrar que essa região já tem níveis muito elevados de violência e de criminalidade. Infelizmente, Roraima atualmente está na contramão da tendência nacional de redução de homicídios. É a primeira vez que um Estado do Norte do País lidera o *ranking* de homicídios. Isso não se deve exclusivamente à expansão da mineração do ouro, mas também a outros fatores. Eu menciono outros fatores, porque temos que lembrar que aquela é uma região do País especialmente propícia a isso, não por fatores culturais, mas pela ausência efetiva do Estado e de serviços públicos, e também pela porosidade das fronteiras, que permitem a movimentação de grupos de garimpo internacionalmente.

Um fenômeno bastante recente é a entrada de facções do narcotráfico baseadas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras partes do Brasil. O PCC e o CV hoje em dia disputam não apenas o sistema carcerário, provocando massacres, mas também novas rotas de tráfico de drogas e de armas. Aproveitam-se, de certa forma, da crise na Venezuela. Isso tem um refluxo quase imediato fora do sistema carcerário. Eu menciono isso não porque a mineração ilegal esteja alimentando esse fenômeno, mas porque ele cria um ambiente particularmente propício para o crime organizado como um todo. Sabemos que no Peru e na Colômbia já existe uma articulação sistemática entre grandes grupos de narcotráfico e a mineração ilegal. Preciso ressaltar que esse ponto precisa ser alvo de investigação, porque é uma possibilidade nefasta na região.

Quero ressaltar também que, segundo os dados sobre ataques a defensores ambientais, Roraima é uma das áreas do Brasil, de toda a Amazônia, que infelizmente tem as taxas mais elevadas de ataques. Nos dados que compilamos, identificamos 228 casos de ataques a defensores ambientais, entre 2012 e 2018, quase todos eles a indígenas.

Quero fechar mencionando algumas estatísticas: 26 assassinatos; 138 agressões físicas seguidas de morte; 13 casos de violência sexual contra defensores indígenas; 7 tentativas de assassinato; várias ameaças — ainda estamos contabilizando quantas foram registradas; e 42 suicídios, todos de indígenas, sendo 13 de ianomâmis.



Contabilizamos isso como parte do panorama. Então, há populações altamente vulneráveis, que precisam de maior proteção, inclusive em relação à mineração ilegal.

Um dos maiores desafios na região é a impunidade. O caso do Pedro Emiliano Garcia, que foi condenado por genocídio e foi pego em flagrante novamente na mineração ilegal, ilustra como a continuidade da mineração ilegal é um fator preocupante em toda a região.

A não destruição de equipamentos também alimenta essa impunidade. Observamos, por exemplo, que balsas, dragas e boias que são usadas para submergir o equipamento quando há operações ressurgem 24 horas depois da operação, e a atividade é retomada.

É bom lembrar que existem, sim, boas práticas. Inclusive, em Roraima, o delegado já falou sobre algumas dessas operações, sobretudo das que envolvem estreita cooperação entre os órgãos de segurança pública e demais divisões e repartições do Estado, que podem ter efeitos muito positivos, quando acompanhadas de uma presença mais contínua. Consideramos que as BAPes são absolutamente essenciais, se usadas conjuntamente com as operações. A Força-tarefa Amazônia e o empoderamento dos procuradores que atuam nessa também são fundamentais.

Sem uma cooperação internacional, haverá muito pouco efeito de longo prazo. O problema é transnacional. Em que pese o discurso muito forte no momento de soberania nacional, percebemos que as equipes técnicas, inclusive a Polícia Federal, estão plenamente cientes dos fluxos e dos desafios transnacionais. Então, sem cooperação bilateral e regional... Há espaços que podem ser aproveitados. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e a INTERPOL, que está lançando um novo projeto sobre mineração ilegal, têm muita capacidade, sobretudo na área de lavagem de ativos.

Espero que no futuro esse tipo de pesquisa comparada que estamos fazendo sirva para mais insumos. Ficamos à disposição para dialogar com qualquer tipo de ator que tenha a mesma disposição para desenvolver soluções.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Eu gostaria de agradecer aos expositores.



Eu gostaria também de fazer uma leitura. Como eu anunciei antes, a liderança indígena Davi Kopenawa e outras não puderam estar presentes, mas encaminharam uma carta com seu posicionamento.

Reforço que tudo que foi apresentado confirmou os dados da apresentação da Adriana, coordenadora internacional. Isso nos deixa mais preocupados ainda. Os dados apresentados por todos os palestrantes confirmam essa característica de crime organizado. A preocupação é que isso está avançando.

Deputado Camilo Capiberibe, V.Exa. faz parte tanto da Comissão de Meio Ambiente quanto da Comissão de Direitos Humanos. Esta audiência é muito útil para apontar que a estrutura existente tem capacidade logística, hierarquia e planejamento de atuação. É crime organizado. Esse é o ponto que todos apresentaram aqui. Havendo ou não a condenação, temos que partir desse princípio.

Respondo algumas críticas relacionadas ao documento que li. Na minha leitura, eu falei que não há informações de condenados. Não falei da atuação de nenhum órgão, falei da condenação. É muito claro esse posicionamento no sentido de dizer que não enxergamos a condenação, quando é o último estágio, digamos assim. Após a investigação, após trâmite judicial, ela ocorre na última fase. Mas não estou questionando o papel da Polícia Federal, porque acredito que a Polícia Federal tem feito muito bem o trabalho das operações. Quero dizer também que é o principal órgão a quem cabe fazer investigações, inclusive nessa linha de crime organizado que acabamos de ver.

Gostaria de ler a carta dos ianomâmis, para deixar registrada uma posição dos povos indígenas. Esta carta foi feita no Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana contra o Garimpo. Esta carta foi endereçada ao Presidente da República, ao Chefe da Casa Civil, ao Presidente do Senado, ao Presidente da Câmara dos Deputados — vamos protocolá-la também aqui —, ao Ministro da Justiça, ao Ministro da Defesa, ao Ministro da Saúde, ao Presidente da FUNAI e ao Coordenador da 6ª Câmara do Ministério Público Federal. Esta carta veio de Watoriki, no dia 22 de novembro de 2019:

Essa é a mensagem de todos os Yanomami e Ye'kwana juntos para todo o planeta.

Nós não queremos garimpo e mineração em nossa terra.

Nós queremos que o Governo cumpra seu dever de proteger a nossa terra.

Queremos que o Governo tire os garimpeiros que estão na nossa terra e impeça



a entrada de mais garimpeiros. Nós conhecemos nossos direitos e sabemos que o garimpo na Terra Indígena Yanomami é ilegal.

Vocês brancos fizeram essa lei, mas vocês mesmos não estão cumprindo. Nós sabemos cuidar da nossa terra-floresta.

Nós já fizemos muitas denúncias e estamos revoltados porque ainda existe garimpo dentro das nossas comunidades. Queremos ação.

Nossos avós e tios morreram por causa dos garimpeiros. Nós não queremos repetir essa história de massacre.

Os garimpeiros estão envenenando as pessoas e contaminando nossos rios, nossos peixes, nossos alimentos e espantando nossa caça. Sabemos que o mercúrio usado no garimpo está contaminando nosso povo. No rio Uraricoera, mais de 90% das pessoas que foram analisadas apresentaram alto índice de contaminação. Recentemente soubemos que mais da metade dos Yanomami de Maturacá também estão contaminados. O Governo tem o dever de acabar com isso e trabalhar para cuidar da saúde dos povos Yanomami e Ye'kwana e proteger a terra-floresta.

Os garimpeiros estão ameaçando nossas vidas, estuprando e prostituindo nossas mulheres. Trazem todo tipo de bebidas, drogas e doenças.

Eles têm muitas armas e são violentos também entre eles. Eles matam uns aos outros e enterram os corpos na beira dos rios ou jogam nos rios. Quando os garimpeiros mexem na terra e destroem a natureza, eles estão ofendendo os seres que vivem na floresta. Esses lugares foram destruídos e ninguém mais pode usar lá. A natureza está se zangando e todos nós vamos sofrer, indígenas e não indígenas.

Os garimpeiros são invasores que roubam o ouro, que tem que ficar embaixo da terra.

As nossas riquezas são os nossos conhecimentos tradicionais, a nossa saúde, nossos rios limpos e nossas crianças crescendo felizes. Os garimpeiros estão destruindo a nossa riqueza.

O nosso trabalho não é o garimpo, o nosso trabalho é a roça, é o artesanato, temos nossas formas próprias de gerar renda a partir de nossos conhecimentos sobre a floresta. Nossos conhecimentos têm mais valor que o ouro.



O Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana é lugar legítimo de decisão da nossa Terra Indígena Yanomami, que construímos ao longo de quatro anos reunindo o pensamento de várias regiões. Essa não é a mensagem de só uma pessoa, nem de só uma associação, mas de todas as lideranças yanomami e ye'kwana juntas. Essa é a nossa mensagem que representa toda a Terra Indígena Yanomami.

Os nossos verdadeiros representantes escutam os pensamentos de todos nas suas comunidades e levam esses pensamentos para fora. Essas são as verdadeiras lideranças. E são essas as lideranças que estão reunidas no Fórum, das regiões do Ericó, Saúba, Palimiu, Puthuu, Waikás, Auaris, Kayanau, Alto Mucajá, Uxiú, Homoxi, Haxiu, Demini, Missão Catrimani, Baixo Catrimani, Apiau, Novo Demini, Aracá, Ajuricaba, Himara, Toototopi, Koherepi, Maxapapi, Xiroxiropiu, Xihopi, Marauiá e Maturacá. Acompanhadas das associações: AYRCA, HUTUKARA, SEDUUME, KURIKAMA, KUMIRAYOMA, TANER E HWENAMA. A gente decide de forma coletiva, escutando vários pensamentos de homens, mulheres, xamãs, jovens, lideranças tradicionais, todos reunidos. Isso é decidir em nome do povo e não de maneira autoritária. E isso deve ser respeitado pelo governo brasileiro. O governo não decide por nós.

Somos guerreiros Yanomami e Ye'kwana e dizemos todos juntos: Fora Garimpo! (Palmas.)

Encerradas as palestras, vou conceder a palavra, por até 3 minutos, aos Parlamentares inscritos para os debates, de acordo com a lista de inscrição. Depois eu vou conceder a palavra também aos participantes, obedecendo à lista de inscrição.

Tem a palavra o Deputado Camilo Capiberibe.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) - Mais uma vez, boa tarde.

Cumprimento a Deputada Joenia Wapichana, parabenizando-a pela iniciativa de promover este debate.

Quero dizer que, dia 23 de abril, durante o Abril Indígena, nós fizemos uma audiência pública na Comissão que foi proposta pelo Deputado Airton Faleiro. Nós estávamos naquele momento debatendo com a Unidade Tapajós da Universidade Federal do Oeste do Pará, com a Polícia Federal e com os representantes das populações



indígenas o impacto do garimpo naquela região. Ficou muito claro como o impacto do garimpo ilegal é nocivo.

Eu venho do Estado do Amapá, um Estado que tem garimpo, inclusive garimpos legais. Na região do Distrito de Lourenço, existe um garimpo há mais de 200 anos. Ele foi regularizado, licenciado, em 2014. Ele tem muitos problemas, porque garimpo sempre tem muito problema, mas aquele é exemplo de um garimpo legal. Isso significa que é possível haver garimpo, mas garimpo em terra indígena é garimpo ilegal; garimpo em terra indígena é uma relação criminosa, porque não existe hoje, no ordenamento jurídico brasileiro, autorização para que se faça garimpagem nos moldes em que está acontecendo na região do Tapajós e na Terra Indígena Yanomami, sem nenhum tipo de controle.

Então, esse é o ponto de partida. E isso acontece porque o Estado não consegue minimamente garantir que aquilo que está hoje na lei seja cumprido. Isso é um fato que nós vivemos em várias regiões do Brasil. No meu Estado, o Amapá, nós não temos esse problema de garimpo em terra indígena ainda. Nós temos garimpos dentro de unidades de conservação, o que, eventualmente, é permitido desde que esteja dentro do plano de manejo.

A partir daquela audiência pública em que nós tivemos um diálogo com a Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, apresentamos um projeto, que é o Projeto de Lei 5.131, de 2019, e acatamos as sugestões que foram colocadas aqui e que me pareceram bastante interessantes. Esse projeto dispõe sobre o estabelecimento de guia para o transporte de ouro e modifica as penas no crime de transporte de ouro ilegal, com o objetivo de criar, digamos assim, uma situação que penalize o ouro que é extraído de maneira ilegal e que hoje termina circulando livremente.

Depois dessa audiência pública, saiu uma matéria grande no *Fantástico*, mostrando basicamente essa realidade do Tapajós, de onde ouro é extraído de maneira ilegal e comercializado livremente, e houve uma ação importante da Polícia Federal lá. No entanto, isso acontece, termina, mas não tem a capacidade de desarticular essa ação. Então, é preciso que haja outros instrumentos.

Inclusive, nesse momento em que o Governo Federal tem essa visão, o Presidente Jair Bolsonaro já declarou em muitas oportunidades, e o Ministro do Meio Ambiente já declarou isso dentro da Comissão de Meio Ambiente mais de uma vez, que o grande



projeto para Amazônia é abrir as terras indígenas para a mineração e para o garimpo. Dizem que isso é uma injustiça com aqueles que estão ali, mas, vejam, isso é uma confissão de fracasso do Estado brasileiro em garantir os direitos das populações indígenas, para começo de conversa. Existem muitas áreas que podem acontecer o garimpo que não estão dentro de áreas indígenas. Eu já citei o caso da região do Lourenço, no Estado do Pará, onde há um garimpo.

Então, o debate está completamente subvertido. Essa proposta de desenvolvimento é absolutamente contrária ao fato de enxergarmos algum futuro para a Amazônia. Isso é um projeto de destruição da Amazônia e não apenas das populações indígenas, mas é, sim, de destruição também das populações indígenas porque tem por objetivo justamente entrar naquelas regiões.

Então, eu queria parabenizar a Deputada Joenia Wapichana e colocar-me mais uma vez à disposição desse debate, dessa luta. Não é simples fazer esse debate, principalmente para pessoas, como eu, que vêm da Amazônia e de regiões que têm garimpo. Nem sempre isso é muito bem compreendido. Mas nós entendemos que a pauta do meio ambiente, principalmente a de resguardar os direitos conquistados na Constituição de 1988 pelos povos indígenas, é algo fundamental para o desenvolvimento do Brasil e para que possamos avançar sem cometer os erros gravíssimos que cometemos num passado bem antigo e num passado também recente.

Então, parabéns, Deputada, pela iniciativa de dar visibilidade a este assunto nesta Comissão.

É sempre uma satisfação ser liderado pela Deputada Joenia Wapichana nessa Frente, que é a Frente Mista em Defesa dos Povos Indígenas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Deputado.

Aqui não estamos tratando de pontos específicos, como mineração, regulamentação, mas de fatos concretos, justamente para debater sobre a capacidade do Estado de enfrentar o crime organizado, que já atua na exploração mineral de ouro na Terra Indígena Yanomami.

O senhor não chegou a ver a matéria do *Fantástico*, mas, numa parte da matéria, o Davi Kopenawa, uma liderança indígena, fala dessa grande preocupação dos povos ianomâmis. E não só essa matéria do *Fantástico*, mas também outras, como o relatório



que a própria FIOCRUZ apresentou aqui, colocam dados bastante graves sobre a consequência disso. Agora, nós estamos querendo debater qual é a capacidade do Estado de enfrentar esse real problema que está trazendo consequências muito graves não só para os povos indígenas como para os não indígenas também.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) - Deputada, antes, nós discutíamos qual era a capacidade do Estado, mas, hoje, discutimos qual é a vontade. Eu acho que mudou. Antes discutíamos a capacidade do Estado de fazer isso, hoje discutimos qual é a vontade do Estado, porque a vontade é no sentido contrário, infelizmente.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Queremos ouvir esses debates justamente para saber dos órgãos presentes aqui qual seria essa capacidade. No meu entender, não é uma questão de vontade, e a lei que tem que ser aplicada nesse sentido. Garimpo é algo ilegal. Ele não tem regulamentação de mineração. Mineração é uma coisa, garimpo é outra.

Então, o que está acontecendo hoje é um crime. É nessa linha que temos que ver qual é a capacidade do Estado de combater esse crime que está se tornando cada vez mais sofisticado, avançado e organizado.

Eu gostaria de fazer esses comentários, mas também passar para os debates. Estão inscritos aqui duas lideranças indígenas.

Passo a palavra, primeiro, para o cacique Arnaldo Munduruku, pelo tempo de 3 minutos, e, logo em seguida, para a Alessandra Munduruku.

O SR. ARNALDO MUNDURUKU - Boa tarde, senhores e senhoras.

Eu sou do povo munduruku do Pará. Meu nome é cacique Arnaldo Kabá Munduruku, do Alto Tapajós.

Realmente, o garimpo está causando muitos problemas sérios para nós, e isso começou, na nossa área munduruku do Alto Tapajós, no Pará, no ano de 2019. A nossa área é demarcada, mas nós estamos muito preocupados, por causa dos garimpeiros.

Nossa área tem 2 milhões e 70 hectares, e nós povo munduruku do Pará somos 14 mil pessoas. Aquela região tem 120 aldeias, e o garimpo não está trazendo coisa boa para nós. O garimpo está criando doença. Esse é o resultado que o garimpo está mostrando.

A nossa área não tem mais peixe como antes. Agora, o rio ficou igual ao Leite Moça. Os nossos filhos, os nossos povos estão bebendo água suja. Nossos filhos, nossas



crianças, eu não sei o que estão fazendo. Estão bebendo água suja. Quer dizer que nós estamos todos doentes, e não só os peixes. Os peixes estão morrendo, os tracaíás estão morrendo. Até o boto morre também.

O garimpo já passou do limite. A máquina é pesada. Eu nunca tinha visto. O pessoal chama de PC.

Como o tempo é curtinho... Eu não ia falar muito. Gostei tanto que o parente fez a carta e deu para eu entender. Eu não entendo nem falo muito português, mas eu entendi. Quem mais entende é este parente aqui.

Obrigado.

Era só isso mesmo que eu ia falar. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Passo a palavra à liderança Alessandra Munduruku, por 3 minutos.

A SRA. ALESSANDRA MUNDURUKU - Boa tarde.

Eu sou da região do Tapajós.

Nós tivemos uma comitiva na semana passada com todas as associações do povo munduruku. E o povo munduruku exige o cancelamento, pela Agência Nacional de Mineração, de todos os títulos e requerimentos minerários de empresas e pessoas físicas nas terras mundurukus.

Nós vemos, como o cacique falou, que todo o povo está bebendo água suja. A própria forma que o Ministério, o MME, falou... Pensa apenas em dinheiro. Mas nós não pensamos nessa questão de dinheiro, e sim na vida do povo. O povo continua lá na terra. Vai beber água suja, vai caçar, vai pescar. Aquelas pessoas que entram nas terras, exploram e acabam com o rio, vão embora, vão procurar outro local, depois de abrir aquele buraco enorme.

O povo não tem para onde ir, não sabe onde pedir socorro. Antes, nós já vínhamos fazendo denúncia para o IBAMA, para o ICMBio. Mas agora a situação piorou. As ameaças aumentaram. Eu sou ameaçada. É muita gente querendo as terras indígenas, é muita gente querendo explorar o território, tanto em Itaituba quanto em Jacareacanga.

E dizem que é a economia. Por que esse povo ainda busca o Governo Federal? Nós vemos que o ouro nem fica na cidade. Como o cacique falou, nós não vemos ouro ali, nós ouvimos as pessoas falando. As pessoas que estão com o ouro nem moram na cidade. Moram para cá, em Brasília, em São Paulo e até em outros países.



E deixam mazelas — prostituição, drogas, mulheres doentes. Tem caso de indígenas morrendo com câncer. Ainda não existe análise para mostrar se é realmente por causa do mercúrio. Tudo é científico. Quando nós falamos, dizem que é mentira, mas, na realidade, nós estamos buscando uma forma de provar como as mulheres e as crianças estão sendo contaminadas pelo mercúrio. O mercúrio está dentro do peixe. Somos nós que comemos o peixe, e não há outra forma de nós comermos o peixe, que é nossa fonte alimentar. E quem está matando o peixe é o próprio Governo, as empresas e aquelas pessoas que querem mineração nas terras indígenas.

A FUNAI tem o dever de cuidar, mas infelizmente não é isso o que está acontecendo. As invasões estão aumentando demais dentro do território. As lideranças não podem mais sair com medo das ameaças. Hoje, a população tem medo dos madeireiros, garimpeiros. E sempre quem está legalizando isso está aqui em Brasília. E viemos de tão longe para dizer isto: não queremos garimpo nas terras indígenas. É crime. Quem está dentro das terras indígenas é criminoso, sim, e tem que ser punido, tem que ser preso, porque não queremos mais garimpeiros dentro da nossa região, principalmente nas terras indígenas. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - A última inscrita é a Dra. Juliana de Paula. A senhora tem a palavra por 3 minutos.

A SRA. JULIANA DE PAULA - Boa tarde a todos.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para o Sr. Gabriel Mota, do MME.

Dr. Gabriel, o Governo tem noticiado que está preparando uma proposta de lei para regulamentação da mineração em terras indígenas. Eu imagino que o Ministério de Minas e Energia esteja participando desses debates. Eu queria saber o que o senhor tem a dizer sobre isso. O senhor mencionou o art. 174 da Constituição, que foi expressamente excluído do regime legal de terras indígenas pelo art. 231, § 7º, da Constituição. Quero também perguntar ao senhor se o Governo pretende fazer um debate amplo com as comunidades indígenas, com as instâncias legitimamente constituídas pelos próprios povos indígenas. No caso, por exemplo, a Deputada Joenia Wapichana leu a carta do Fórum de Caciques, do Fórum de Lideranças Yanomami, que é uma instância representativa dos ianomâmis. Como isso tem sido pensado pelo Governo?

Gostaria também de perguntar ao Sr. Luiz Carlos Porto se já houve o desbaratamento dessa organização criminosa, que começa com garimpeiros e termina



nas DTVMs, na Avenida Paulista. Queria saber se a Polícia Federal tem investigado isso como realmente uma organização criminosa e se esses garimpeiros que estão sendo retirados, além de responder pelos crimes ambientais, também têm sido enquadrados na lei de organização criminosa.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada.

Eu tenho algumas perguntas também. Eu vou endereçá-las, primeiro, à FUNAI.

No orçamento citado para reativação das três bases está garantido, está garantido o novo pedido? Depois o senhor pode responder.

Segundo, se estiver garantido, como a FUNAI pensa em dar segurança aos servidores e manter as forças de segurança nessas bases, pois sabemos que existe uma celeuma de quem pagará a Polícia Militar de Roraima quando o Exército se retirar?

Houve oito ataques com armas de fogo contra indígenas isolados na Terra Indígena Vale do Javari. Essa situação também pode ocorrer em Roraima, na Terra Indígena Yanomami?

Eu queria fazer uma pergunta também ao representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Considerando que a presença do Estado tem apresentado resultados palpáveis na redução do garimpo ilegal na terra indígena ianomâmi e sabendo que há uma articulação para o cumprimento da ação civil pública do Ministério Público Federal, o que falta para o Ministério da Justiça disponibilizar a Força Nacional para atuar na base de proteção da FUNAI?

Há também uma pergunta para o representante do Ministério de Minas e Energia, um pouco na linha do que a Dra. Juliana falou em relação ao art. 174, reforçando que isso já é uma previsão constitucional. Mas o senhor falou na regulamentação do art. 231, para a mineração em terras indígenas, que estaria feita, digamos assim, articulada. Eu queria saber se nessa regulamentação está garantida a participação indígena no grupo de trabalho que tem se reunido no Palácio do Planalto para debater o tema e apresentar essa regulamentação.

Minha pergunta é justamente com essa preocupação, pois nós falamos de garantia de direitos e temos uma convenção, está até mesmo na Constituição, de ouvir as comunidades. Há também o direito de consulta livre, prévia e informada na Convenção 169 da OIT, que estabelece de forma bem taxativa que é dever do Estado, em todas as



medidas administrativas e legislativas, realizar um procedimento de consulta livre, prévia e informada. Então, minhas perguntas vão nesse sentido.

Eu vou passar a palavra a quem recebeu as perguntas, para que possam respondê-las, e depois a vocês, para comentarem, em seguida teremos as considerações finais. Vou passar a palavra ao representante da FUNAI, aos representantes do Ministério da Justiça e de Minas e Energia, e depois aos demais.

Tem a palavra o Sr. Frederico.

O SR. FREDERICO CORREIA DE OLIVEIRA - Bem, vamos ver se me recordo de todas as perguntas.

A primeira é relativa ao orçamento, à garantia de orçamento para o cumprimento do plano de reativação das bases. Com relação a esse assunto, a resposta é sim, nós temos orçamento garantido. Inclusive na apresentação projetei os valores, são quase 3 milhões de reais destinados à reativação das três bases dentro da Terra Indígena Yanomami.

Com relação à manutenção da segurança, é justamente a nossa ótica. Acompanhando a experiência que nós já tivemos em anos anteriores, o experimento das bases foi bem sucedido, apenas houve o seu declínio não por falta de efetividade, mas por uma questão de contingência orçamentária. Todos os esforços do Ministério estão sendo dirigidos para que se mantenha o funcionamento dessas bases e, por consequência, a segurança daqueles povos e o monitoramento de todo o território. Como eu falei, isso é muito difícil, pois a área territorial é extensa demais e faz fronteira com outros dois países da América do Sul.

Sabemos, e a Polícia Federal até mais do que nós, que é um terreno permeável para a passagem de contrabando envolvendo armamento, bem como a prostituição, que sempre se favorece nesse campo de garimpo, e o tráfico de drogas. É um campo que sabemos que é difícil, pela sua extensão. Mas o objetivo é a atuação interagências, ou seja, os organismos, tanto da parte da União, como da parte do Estado, em especial de Roraima, atuarão unidos para o combate e a preservação daquela terra indígena.

O terceiro ponto é saber se o que vem acontecendo no Vale do Javari pode ocorrer na Terra Indígena Yanomami. O Vale do Javari também merece bastante cuidado, pois a situação é grave. E o que eu posso deixar registrado aqui é que o Ministério da Justiça está voltado ao estabelecimento de planos para que esses problemas sejam debelados. Nós temos estudos, e isso é uma segunda fase da nossa fortificação das frentes de



proteção, que hoje são dez, e existe a décima primeira, que funciona capengando, mas a tendência é que a Presidência da FUNAI promova o aumento dessas frentes de proteção para que, em conjunto com os demais órgãos já citados, nós unamos forças para darmos a devida atenção a essas terras indígenas. Essas terras, com certeza, sem sombra de dúvida estão sofrendo, conforme os relatos que já foram passados aqui, e estamos batalhando para nos contrapormos à situação com que se depara hoje em dia.

Com relação à aplicação da Força Nacional, ela também está dentro do escopo do plano que entrará na quarta fase de atuação, onde, com certeza, dará sua contribuição para o funcionamento das bases. A Força Nacional entrará como um componente de segurança estrutural, enquanto a FUNAI, o IBAMA e a Polícia Federal cumprem o seu mister em campo, cada um dentro da sua competência. E a Força Nacional estará ali para nos dar suporte e segurança para a estrutura predial dessas bases que serão construídas.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada.

Passo a palavra ao representante do Ministério da Justiça.

O SR. LUIZ CARLOS RAMOS PORTO - Alguns assuntos precisam ser esclarecidos, porque às vezes não se tem noção do que a legislação dispõe em situações práticas do cotidiano.

As investigações, como eu falei, não as acompanho depois da ação penal, mas existem empresas que eu sei que foram responsabilizadas e também os seus administradores, como o de Ouro Minas, em Itaituba, com filial em Boa Vista, que era sócio de uma empresa em Goiânia e também de uma empresa em São Paulo. Eu sei que todos esses tiveram responsabilizações criminais. E, quanto mais ríspida for a criminalização, melhor. E a pessoa vai se defender. Há diversos crimes acontecendo ali dentro, especialmente o crime organizado. Nós sempre colocamos a legislação de crime organizado dentro dos indiciamentos que nós fazemos.

Logicamente, quando trabalhamos dentro da terra indígena, quando estamos lá dentro da terra indígena, vemos que a situação é tão complexa que há pessoas lá que mal têm a sandália para caminhar ali dentro. Elas estão ali por uma questão de conveniência e por necessidade humana mesmo. Em geral, não há imposição de flagrante para essas pessoas, mas pedimos a colaboração delas, conversamos com elas e fazemos entrevista, para que indiquem os responsáveis que as levaram para lá e que



estão fomentando, alimentando o garimpo de todos os insumos para o seu funcionamento. Nós reparamos que em todo garimpo, quando vamos para dentro da área, há normalmente uma venda, um prostíbulo, um bar, um lugar de diversão, um local para combustível, uma voadeira. Então, tudo aquilo que está ali tem que ter um fomento, um incremento.

Nessa operação que fizemos na Terra Indígena Ianomâmi, por último, no mês de outubro, nós colocamos fiscais do Ministério do Trabalho para tentar responsabilizá-los também pelo trabalho escravo, se for caracterizado lá dentro. Pelo tipo de trabalho que nós vimos foi difícil caracterizar o crime e não conseguimos responsabilização por trabalho escravo. Todo mundo dizia lá que foi de forma espontânea em função da necessidade. Eles utilizaram o transporte, mas acabaram por entregar quem era o dono do sistema. Então, de qualquer maneira, nós fazemos a responsabilização criminal dessas instituições.

Existem ainda 40 inquéritos em andamento na SR Roraima, e esses inquéritos estão sendo tocados pelo pessoal de lá. E certamente outras operações vão surgir desses inquéritos.

O cacique Arnaldo colocou o problema existente na Terra Indígena Munduruku. Ali é um local extremamente sensível. Nós já tivemos ali muitos problemas graves com relação a esse problema de garimpo, e os rios lá realmente estão impraticáveis, como o Rio das Tropas e o Rio Crepori. Até o Tapajós, que é um rio gigante, já está ficando leitoso. Então, os rios lá estão num nível de poluição muito grande. E não só dentro da terra indígena. Naquela região temos a FLONA, reservas extrativistas e outras áreas onde o garimpo é muito intenso.

Para vocês terem uma ideia, o mote, o apelido da cidade de Itaituba é "cidade pepita". Na orla tem um monumento em homenagem ao garimpeiro segurando uma bateia na qual tem uma pedra de ouro no meio. Nesses locais eles vivem disso. Nós tivemos uma reunião com o Presidente da Câmara de Vereadores, que deixou bastante claro o seguinte: *"Se vocês fizerem muitas operações aqui, vai acabar com a cidade, com um Município de 97 mil habitantes"*.

Então, o combate ambiental tem que ser bem mais amplo do que simplesmente ir lá e fechar o garimpo. Ele tem uma amplitude de problemas sociais graves. E nessa região ali de Novo Progresso subindo até Altamira — e vai embora por todas aquelas



idades ali —, descendo a Transamazônica, tem o problema de extração de madeira. As pessoas vivem daquilo ali, a economia é daquela forma e as pessoas vivem aquela realidade. Então, não é tão simples ir lá e impedir alguém de cortar a madeira. Não, vamos impedir, mas vamos fazer o que com esse pessoal que está lá?

E, assim, nós conseguimos administrar, por exemplo, a desintrusão de áreas que foram demarcadas, homologadas e indenizadas. Vamos tirar os posseiros daqui. Mas para onde eles vão? Nós tentamos achar um assentamento para levá-los, porque certamente aquelas pessoas que estão ali vão voltar lá para dentro de alguma forma irregular. Então, nós temos que buscar uma solução mais prática com relação ao problema. Se é exploração, eu não sei. Essa parte política não cabe a mim. Todas as associações, como o CNPI, a APIB e o Hutukara, podem, politicamente, racionar, pensar numa solução mais viável sobre a problemática existente ali.

Com relação à parte da Polícia Federal, nós temos feito lá ações periódicas. A Terra Indígena Ianomâmi é muito sensível, e nós temos priorizado muito, muito mesmo, ações na região. Fora as operações que são grandiosas, existem ações que são feitas periodicamente com o Exército. E nós aproveitamos os batalhões militares. Eles recebem aquele aquartelamento de novos soldados para fazer treinamento em mata e colocam esse pessoal todo ano lá. Então, anualmente, eles entram lá, buscam fazer a repressão e colocam para fora as pessoas que estão invadindo. É difícil fazer o controle, tendo em vista que há muita gente e a área é muito grande.

Em relação ao uso específico da Força Nacional, nós precisamos ter um raciocínio sobre prédio público, sobre bens da União. Por exemplo, um prédio da FUNAI em terra indígena é diferente do prédio da FUNAI aqui em Brasília. Se você tem um prédio da União, você não vai pôr a Força Nacional para tomar conta dali. Você vai colocar uma segurança privada. A legislação determina que a FUNAI se autodefenda. Ela pode contratar segurança privada, como qualquer órgão público ou banco público faz normalmente. Logicamente que as BAPes estão bastante longe, estão distantes. Então, não é qualquer empresa que vai querer ser contratada para trabalhar ali. Quando montamos o período da base e fazemos uma operação, nós buscamos sempre manter o efetivo lá.

Mas a legislação da Força Nacional é muito taxativa. Primeiro, ela tem que ser solicitada por Governador de Estado ou Ministro de Estado. Em geral, o Ministro de



Estado não gosta de pedir. Por quê? Porque dá a impressão de que você está pegando uma instituição policial e interferindo nas políticas públicas do Estado. Parece que você está fazendo uma intervenção no Estado mesmo, colocando a sua polícia lá dentro para tomar de conta e dizendo: *"Olhe, você não tem competência para tomar conta, então, você que tome conta"*. Na realidade, é preciso fazer o policiamento estadual ou municipal para proteger esses prédios públicos. Essa é a realidade.

Outra característica que está no Decreto nº 5.289, que institui a Força Nacional, é que a atuação é periódica e certa. Assim como a CPI tem que ter um objetivo prático e certo, o uso da Força Nacional também é dessa forma. Por exemplo, houve o incremento da violência. Aqui em Brasília, em Águas Lindas, não estão conseguindo fazer o policiamento. O Governador entrou em acordo com o Ministro de Estado da Justiça que enviou a Força Nacional para fazer uma vigilância maior ali. Hoje a Força Nacional inclusive se aperfeiçoou. Eles mesmos podem fazer investigações, pegar os inquéritos que estão pendentes e ajudar as Polícias Cíveis a fazê-los. Existem hoje bombeiros que podem fazer prevenção de incêndios, prestação de serviços de defesa civil. Então, a Força Nacional se adaptou com relação a isso, mas o trabalho deles é periódico.

Por isso, não é possível usar a Força Nacional como segurança ou vigilância de prédio, porque a sua atuação é periódica e sazonal, pelo prazo de 30 dias. Isso está previsto na portaria que autoriza o trabalho deles dessa forma e durante esse período. E, normalmente, eles autorizam 30 dias, 60 dias no máximo, e vão prorrogando. Então, a legislação é bastante firme quanto a isso. Por isso, é difícil utilizar a Força Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) - Informo que uma das expositoras vai perder o avião. Então, nós vamos inverter rapidamente a ordem de inscrição.

Passo a palavra para Ana Claudia Santiago de Vasconcellos para as considerações finais.

A SRA. ANA CLAUDIA SANTIAGO DE VASCONCELLOS - Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a participação e a oportunidade de estar aqui nesta audiência pública. Eu nunca tinha participado de uma audiência pública antes, é a minha primeira vez. Agradeço à Deputada Joenia e ao Deputado Camilo Capiberibe por estar aqui hoje falando um pouco de saúde da população indígena e da exposição ao mercúrio.



Eu trabalho com a contaminação por mercúrio na Amazônia já tem alguns anos, quase 15 anos, mas o meu trabalho com saúde indígena é muito recente. Eu comecei a trabalhar com saúde indígena há 1 ano e meio, mas, nesse pouco tempo de experiência, eu visitei dezenas de domicílios na Terra Indígena Ianomâmi e na Terra Indígena Munduruku. Eu estive com vários líderes, com caciques e com o cacique Davi Kopenawa. Eu sei que, pelo menos nessas terras onde estive, esses caciques e o cacique Davi com quem eu conversei são totalmente contra a atividade garimpeira na região, na terra indígena, independentemente de qualquer ganho financeiro que essa atividade possa gerar.

Então, quero deixar claro que é importante ouvir as lideranças indígenas, os povos indígenas. E até onde eu sei, pelo menos a maioria dos povos e lideranças com que eu estive é totalmente contra esse tipo de atividade. A água do Rio Tapajós está totalmente turva por conta das dragas e das balsas que estão lá atuando hoje. Os peixes estão morrendo, como disse o cacique munduruku que está aqui, e a população está ingerindo água contaminada.

Os nossos estudos preliminares com os ianomâmis mostram que o povo está contaminado e adoecendo, inclusive os que vivem perto do Rio Jamanxim, que nitidamente está muito mais impactado com as balsas, não é Alessandra? Os neurologistas que foram para aquela área perceberam várias neuropatias que podem estar associadas à exposição ao mercúrio. Nessa região, na aldeia do cacique Jairo, as pessoas apresentaram neuropatias mais graves, mais visíveis. Nós não medimos ainda, não analisamos as amostras de cabelo e não sabemos o nível de contaminação naquela região, mas é possível sim que essas neuropatias estejam associadas à exposição ao mercúrio.

Então, quero deixar claro que a população indígena não quer essa atividade lá. Pelo menos os ianomâmis e os mundurukus — acredito que eu possa falar em nome de parte deles — não querem essa atividade lá e estão, sim, contaminados e provavelmente adoecendo por conta disso.

Eu vou ter que ir, senão vou perder meu voo.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui debatendo esse tema.

Obrigada, gente.

(Intervenção fora do microfone.)



A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Vão falar mais duas pessoas. Aí eu lhe passo a palavra, pode ser?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - É bem grave, Alessandra, esse seu encaminhamento. Eu peço que isso me seja encaminhado também, para reforçar essa solicitação.

A Polícia Federal está aqui e ouviu isso da própria indígena na audiência pública. Então, é oficial... Como ela faz uma denúncia bem grave de invasão de terra indígena — também está a FUNAI aqui presente —, que se officie esse depoimento.

Eu gostaria que você fizesse isso ao microfone e fosse bem breve, para que seja gravado.

A SRA. ALESSANDRA MUNDURUKU - É que o meu povo está indo agora — os guerreiros e as guerreiras estão se aliando —, para tirar os garimpos. Tem PC demais entrando. São justamente as pessoas que vêm de Itaituba. Um cara lá, que veio de São Paulo, está levando as PC. Estão vendendo as PC, para entrar dentro das terras indígenas.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ALESSANDRA MUNDURUKU - PC é retroescavadeira; aquelas que cavam assim, máquina pesada.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - É maquinário...

A SRA. ALESSANDRA MUNDURUKU - Muito grande.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - ...dentro da terra indígena.

A SRA. ALESSANDRA MUNDURUKU - E muito, muito, muito, muito.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada. Boa viagem. Obrigada pela presença.

Vou solicitar que seja registrada e também encaminhada oficialmente essa denúncia, que foi feita nesta audiência pública, para que as providências sejam tomadas, adequadamente.

Vou passar a palavra agora ao Sr. Gabriel e posteriormente à Sra. Adriana.

Tem a palavra o Sr. Gabriel.

O SR. GABRIEL MOTA MALDONADO - Respondendo à senhora e à Dra. Juliana sobre mineração em terra indígena, sobre o que nós estamos pensando enquanto



Governo Federal, nós sabemos que o art. 231, § 3º, da Constituição, quando permite a exploração econômica em terras indígenas, estipula três prerrogativas do ponto de vista da mineração: ao indígena tem que ser assegurada a participação no resultado da lavra; ele precisa ser consultado — é a oitiva das comunidades afetadas; e é necessária a aprovação do Congresso Nacional.

Um projeto de lei vai ser mandado para o Parlamento, e o Parlamento vai decidir como isso vai ser feito. De qualquer forma, a Constituição diz que é necessária a participação no resultado da lavra, a oitiva das comunidades afetadas e a autorização do Congresso Nacional, quando se quer ter aproveitamento de energia hídrica, de energia elétrica, ou aproveitamento de potencial mineral em terra indígena.

Então, não há nem possibilidade, muito menos vontade do Governo Federal de atropelar essa necessidade de consulta. Nós conhecemos a legislação e conhecemos as obrigações, inclusive, assumidas quando da assinatura da Convenção nº 169 da OIT, e o Governo está atento a isso.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada.

Passo a palavra à Sra. Adriana Abdenur.

A SRA. ADRIANA ERTHAL ABDENUR - Muito obrigada, Deputada.

Eu vou fechar os meus comentários citando o Davi Kopenawa: *"Tem que pegar 'peixe graúdo', mas também tem que pegar 'peixe pequeno'".* O "peixe pequeno" serve justamente para informar sobre como operam esses grupos. Mas não podemos esquecer que é preciso ir atrás também de quem financia, quem organiza, quem se beneficia, inclusive políticos, alguns dos quais extremamente influentes, que são, no mínimo, coniventes com essa atividade. Temos de parar de chamar quem organiza esses grupos de empresário e passar a chamá-los de criminosos.

No fundo, como qualquer problema de segurança pública, esses desafios não são resolvidos apenas através de políticas de segurança. No fundo, estamos falando de uma falta de visão adequada e sustentável para a Amazônia. Isso é um problema de desigualdade, é um problema de desencontro da visão, sobretudo da esfera pública, sobre a realidade e as vidas na Amazônia. Eu espero muito que tenhamos novas lideranças que tragam soluções fundamentadas numa compreensão mais enraizada da Amazônia.

Obrigada.



A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Quero agradecer a presença a todos.

Antes de encerrar os trabalhos, gostaria de colocar em votação a ata da presente reunião. *(Pausa.)*

Não houve manifestação dos presentes.

Os Srs. Deputados presentes que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

A partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão à disposição dos interessados na página da Comissão do Meio Ambiente na Internet, no *link* Audiências Públicas.

Agradeço a presença aos convidados, Parlamentares e demais presentes, assim como a participação dos internautas.

Agradeço também aos assessores que estiveram aqui presentes auxiliando nesta audiência.

Boa noite a todas as senhoras e a todos os senhores.

Declaro encerrada a presente reunião.